



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
MESTRADO EM INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

**A CRISE DOS ANOS 80 E A BUSCA DA  
ESTABILIZAÇÃO – AS EXPERIÊNCIAS DAS  
ECONOMIAS ARGENTINA E BRASILEIRA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Cristiane Regina Silveira de Avila**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2007**

**A CRISE DOS ANOS 80 E A BUSCA DA ESTABILIZAÇÃO –  
AS EXPERIÊNCIAS DAS ECONOMIAS ARGENTINA E  
BRASILEIRA**

**por**

**Cristiane Regina Silveira de Avila**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Área de Concentração em Integração Econômica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Integração Latino-Americana.**

**Orientador: Professor Dr. Adayr da Silva Ilha**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2007**

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A CRISE DOS ANOS 80 E A BUSCA DA ESTABILIZAÇÃO – AS EXPERIÊNCIAS DAS ECONOMIAS ARGENTINA E BRASILEIRA**

AUTORA: CRISTIANE REGINA SILVEIRA DE AVILA

ORIENTADOR: ADAYR DA SILVA ILHA

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 25 de junho de 2007.

O combate à inflação, que sempre foi uma das mais importantes políticas macroeconômicas adotadas pelos países, também tem sua importância na integração econômica, uma vez que essas políticas ajudam a estruturar o país, deixando mais fácil sua integração com os demais. Neste trabalho pretende-se estudar as maneiras como foram aplicadas as políticas macroeconômicas de combate à inflação até se chegar à estabilização de preços ocorrida na década de 90, para as principais economias do MERCOSUL, Argentina e Brasil. Ao longo do trabalho serão mostradas as crises vivenciadas por esses países, que deram origem às suas hiperinflações, ocorridas na década de 80, e a reversão da situação ocorrida na década de 90, bem como as conseqüências dessa estabilização para o social.

Palavras-chave: Argentina; Brasil; estabilização; inflação.

## **ABSTRACT**

Master's Degree Dissertation  
Master's Course of Latin-American Integration  
Federal University of Santa Maria

### **THE CRISIS OF THE 80s AND THE SEARCH OF THE STABILIZATION - THE ARGENTINEAN AND BRAZILIAN ECONOMY EXPERIENCES**

**AUTHOR: CRISTIANE REGINA SILVEIRA DE AVILA**

**ADVISOR: ADAYR DA SILVA ILHA**

**Defense Date and Place: Santa Maria, 25, June, 2007.**

The inflation control has always been one of the most important macroeconomic policies. It also has its importance in economic integration, since those policies help to framing the country and make it easier to integrate with other countries. In this work, we will study how the macroeconomic policies to fight inflation were applied until the stabilization of prices happened in the 90s for the MERCOSUL main economies: Argentina and Brazil. We will show the crises experienced by these countries, that caused their hyperinflations happened in the 80s, and the reversion that happened in the 90s, as well as the social consequences of the stabilization.

Keywords: Argentina; Brazil; stabilization; inflation.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Inflação da Argentina no período 1970-1984 (percentuais anuais)....	15
Gráfico 2 – Dívida Externa da Argentina no período 1970-1989 (milhões de dólares).....	16
Gráfico 3 – Inflação do Brasil no período 1970-1984 (percentuais anuais).....	22
Gráfico 4 – Dívida Externa do Brasil no período 1970-1989 (milhões de dólares).....	23
Gráfico 5 – Inflação da Argentina no período 1985-1989 (percentuais anuais)....	31
Gráfico 6 – Inflação do Brasil no período 1985-1989 (percentuais anuais).....	40
Gráfico 7 – Inflação da Argentina do Período 1990-2006 (percentuais anuais)....	54
Gráfico 8 – Inflação do Brasil no Período 1993-2005 (percentuais anuais).....	62

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1 DETERMINANTES DA CRISE DOS ANOS 80</b> .....	9
<b>1.1 Argentina</b> .....	9
<b>1.2 Brasil</b> .....	17
<b>2 NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A INFLAÇÃO E OS PLANOS HETERODOXOS</b> .....	25
<b>2.1 Argentina</b> .....	25
<b>2.2 Brasil</b> .....	32
<b>3 AS REFORMAS CONTIDAS NO CONSENSO DE WASHINGTON E O CONTROLE DA INFLAÇÃO NA DÉCADA DE 90</b> .....	42
<b>3.1 Consenso de Washington e a Abertura Econômica</b> .....	42
3.1.1 Argentina .....	43
3.1.2 Brasil .....	45
<b>3.2 Plano de Conversibilidade</b> .....	47
<b>3.3 Plano Real</b> .....	55
<b>CONCLUSÃO</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	66
<b>ANEXO</b> .....	74
ANEXO A – Inflação da Argentina de 1970-2006.....	75
ANEXO B – Dívida externa da Argentina de 1970-2005.....	76
ANEXO C – Taxa de desemprego da Argentina de 1980-2006 .....	77
ANEXO D – Inflação do Brasil de 1970-2005 .....	78
ANEXO E – Dívida externa do Brasil de 1970-2005 .....	79
ANEXO F – Grau de pobreza do Brasil de 1970-2005 .....	80

## INTRODUÇÃO

Sempre houve uma preocupação dos governos com as altas taxas inflacionárias e suas tentativas de revertê-las. A década de 1980 foi marcada pelas maiores taxas inflacionárias já vistas tanto na Argentina como no Brasil, enquanto a década de 1990 apresenta-se como a “salvadora” para essas economias que tanto procuraram a estabilização.

Todo o surto inflacionário ocorrido nos anos 80 é repercussão das crises dos anos 70. As duas grandes crises do petróleo, a crise de dívida, a elevação da taxa de juros internacionais, dentre outros, trouxeram para as economias argentina e brasileira sérios problemas que desencadearam na década de 80, um período de recessão com altas taxas inflacionárias, chegando à hiperinflação observada no final dos anos 80.

Neste estudo, pretende-se entender melhor como se manifestou essa crise na década de 80 e como ela foi superada posteriormente, na década de 90, bem como os efeitos dessa recuperação.

As políticas macroeconômicas adotadas durante esse longo período de tempo constituem-se ponto importante para a integração econômica, pois políticas macroeconômicas aplicadas de formas adequadas podem favorecer e até mesmo fortalecer processos de integração econômica. Vale destacar que políticas de combate à inflação estão entre as mais importantes políticas macroeconômicas. Sendo assim, este trabalho pretende mostrar como ocorreu esse processo de busca à estabilização tanto para o Brasil como para a Argentina, as principais economias do MERCOSUL.

Para isso, utilizou-se dos métodos dedutivo e comparativo e estruturou-se o trabalho em três capítulos. O primeiro vai mostrar como iniciou a crise na década de 1970 e como se deu esse combate à inflação. Observa-se que os países adotaram medidas um pouco diferenciadas na década de 1970, ou seja, o governo militar na Argentina optou por abrir sua economia, já o governo brasileiro optou por uma nova

tentativa de crescimento, mas ambas as opções não surtiram efeito. Na década de 1980, ambos os países perceberam uma nova forma de evolução inflacionária, a inflação inercial, e, para combatê-la, passaram a adotar políticas heterodoxas ao invés das políticas ortodoxas até então adotadas.

O segundo capítulo vai tratar dos planos de estabilização heterodoxos e dos resultados obtidos na redução inflacionária. A Argentina tomou a frente e, em 1985, sob o comando do Presidente Alfonsín, lançou o Plano Austral, um plano heterodoxo, que pretendia estabilizar a economia, acabando com os altos índices inflacionários, sendo a nova moeda o austral. Para o Brasil não foi diferente. Adotou-se, na década de 80, um plano semelhante ao Austral. Sob o comando do Presidente Sarney, em 1986, foi implantado o Plano Cruzado e o país passou ter a uma nova moeda, o cruzado, também embasado em políticas heterodoxas.

No terceiro capítulo, aborda-se a nova ordem econômica mundial, marcada pela globalização, aliada à abertura econômica e às novas tentativas de se estabilizar a economia. Com Menem no comando do governo argentino, houve novas tentativas de se combater a inflação, e em 1991, é lançado o Plano de Conversibilidade, atrelando a moeda ao dólar. Surgiu então o peso, nova moeda que veio a substituir o austral. A década de 90 foi marcada pela globalização e, por conseguinte, a abertura econômica que, aliada ao Plano de Conversibilidade, possibilitou essa redução inflacionária, mas com abertura acabou havendo um aumento nas importações e, por conseguinte, no desemprego. Assim como ocorreu na Argentina, o Brasil também teve sua hiperinflação no final da década de 80, e nos anos 90 também participou da abertura econômica e de um novo plano de estabilização. No ano de 1993, começou-se a moldar o Plano Real, através da implantação da URV, que foi substituída em 1994 pelo real, a nova moeda. Esse plano foi feito nos mesmos moldes que o Plano de Conversibilidade e obteve os mesmo resultados tanto positivos como negativos.

Por fim, faz-se as conclusões.



# 1 DETERMINANTES DA CRISE DOS ANOS 80

As crises vivenciadas pelo Brasil e pela Argentina na década de 80 tiveram início no final da década de 60 e estenderam-se pela década de 70, devido a diversos fatores que repercutiram negativamente nessas economias. Para entender melhor como aconteceu esse processo, neste capítulo será abordada a crise ocorrida nesse período e os motivos pelos quais Brasil e Argentina chegaram a tal situação.

Através da análise dos determinantes da crise, pode-se entendê-la melhor, ou seja, os choques do petróleo, a elevação das taxas de juros internacionais, o endividamento externo, a moratória do México, a crise política e social (Argentina) e a opção desenvolvimentista contrariando a opção de ajuste (Brasil). Estes foram alguns dos determinantes que desencadearam ou reforçaram a crise da década de 80 nos dois países.

## 1.1 Argentina

A crise na economia da Argentina na década de 80 pode ser analisada através de alguns fatores que, segundo Silva (2004), vêm desde o final da década de 60. O autor afirma que uma das dificuldades enfrentadas pela Argentina, que teve participação na grave crise vivenciada pelo país na década de 80, é a questão da violência social e política que acabaram por comprometer a estabilidade do governo e prejudicar as tentativas realizadas de combate à inflação.

A violência, aliada à má administração das contas públicas, à política monetária branda, à tentativa de se implementar políticas ortodoxas e às crises do petróleo foram

os motivos, segundo Silva (2004), para o colapso do Governo Peronista, que teve como estopim o “Rodrigazo”.<sup>1</sup>

Rinaldi (2006) vai enfatizar essa decadência que a Argentina sofreu a partir da década de 70, afirmando que os principais motivos para que a inflação atingisse índices exorbitantes, até início da década de 90, foi a questão política que o país estava vivendo no momento, a instabilidade e insegurança e a crise do petróleo.

Kallens (2005) também menciona os conflitos de ordem política e social que o país enfrentou no fim da década de 60, os quais se prolongaram por um bom tempo. Já com o novo golpe militar, em 1976, iniciou-se a implantação de várias medidas sobre a estrutura produtiva da Argentina, como a volta da atividade primário-exportadora e a ideologia do livre-comércio. Dessa forma, a importância referente à produção voltava ser a agropecuária e a energética, deixando-se de lado a produção industrial, o que acabou deteriorando os termos de troca, e muitas indústrias foram levadas à falência. Essas medidas foram incorporadas ao modelo econômico adotado pelo governo de Jorge Rafael Videla, que tinha as seguintes características:

...el congelamiento de los salarios, eliminación de los controles de precio, una devaluación del tipo de cambio, se desreguló la inversión extranjera, se unificó el tipo de cambio, se eliminó regulaciones y subsidios a las exportaciones y se redujo los aranceles de importación (se bajan del 90% al 50% los aranceles) (KALLENS, 2005, p.10).

Percebe-se que o governo militar tentou reverter a situação complicada que o país estava vivendo na década de 70. Até foram conseguidos alguns resultados positivos como a redução inflacionária e do déficit fiscal, mas o congelamento dos salários acabou diminuindo o consumo e, por conseguinte, chegou-se a um processo recessivo. Dessa forma, em 1978, inicia-se a implementação de uma política que teria como objetivo igualar a taxa de inflação interna nos mesmos patamares que a externa, ajustando-se conforme a desvalorização cambial (Kallens, 2005).

Rinaldi (2006) complementa as idéias de Kallens (2005), pois diz que a única forma que o governo tinha para controlar a inflação, diminuir a dívida externa e voltar a

---

<sup>1</sup> Ajuste feito pelo Ministro da Economia, Celestino Rodrigo, em 1975, que teve como característica a desvalorização monetária nacional em 160%, incremento dos combustíveis em 181% e das tarifas e serviços públicos em 75%, o que gerou grandes dificuldades para a renda da população e uma correção brutal dos preços relativos da economia (DEL CORRO, 2005).

ter um crescimento na economia do país seria através da abertura econômica, acabando com o processo de substituição de importações e a especialização na agroindústria, petróleo, extração mineral. O restante deveria entrar no país através de importações.

O autor ainda destaca que uma das conseqüências dessas políticas adotadas foi a má distribuição de renda. Antes, a distribuição de renda do país podia ser comparada à de um país desenvolvido, mas depois dessas reformas, passou a ficar entre as piores distribuições existentes.

Já Silva (2004) observa que essas medidas adotadas durante o governo militar acabaram por deixar o país mais pobre, ou seja, em 1983, a Argentina estava 10% mais pobre do que no ano de 1975, pois foi nesse período que começou o alto endividamento externo, a queda de grande parte da produção industrial e o estabelecimento da especulação financeira.

Na tentativa de resolver os graves problemas existentes no país, foram adotadas medidas liberalizantes que viessem a provocar ganhos de competitividade para conter o processo inflacionário e reavivar o crescimento do país. No entanto apresentaram alguns erros, conforme salienta Silva (2004), como o rápido processo de abertura e a alta valorização da moeda (o que traz um aumento das importações que, por sua vez, induz a uma redução nas indústrias locais), salários reduzidos para aumentar o lucro dos empresários, aumento do endividamento público, entre outros.

Pode-se dizer que houve duas etapas para o endividamento externo:

El proceso de endeudamiento externo tuvo 2 etapas. La primera entre 1976-79 tuvo como principal receptor el sector público, destinado a formación de reserva de divisas. En la segunda etapa entre 1980 – 81, el endeudamiento tuvo como destino el equilibrio de la cuenta corriente, provocado por el déficit comercial y del sector empresario y que tuvo su contrapartida en la especulación y la fuga de capitales (KALLENS, 2005, p.11-12).

Conforme Casabé (2002), houve um aumento exorbitante da dívida externa, pois de 1973 a 1983 a dívida subiu mais de 40 milhões de dólares.

Brecciaroli (2005) concorda com Casabé ao afirmar que o aumento da dívida externa ocorreu durante o período em que os militares voltam ao governo da Argentina, uma vez que, de 1976 a 1981, teve-se uma grande elevação da dívida, pois a partir de

1976, começa a haver um processo de destruição do aparelho produtivo da nação, o que acabou proporcionando as condições para uma economia especulativa.

Conforme Kulfas e Schorr (2003), era o setor privado que realizava a maior parte da dívida até aquele momento, mas, em 1981, a dívida externa privada acabou sendo “estatizada”, passando ao governo a responsabilidade.

Como destaca Kallens (2005), a abertura econômica e a posterior deterioração dos termos de troca devido ao incentivo à produção primário-exportadora acabaram por conduzir a economia da Argentina a um crescente déficit da balança comercial, financiado pela crescente dívida externa.

Dessa forma, pode-se inferir que a abertura econômica, vista na Argentina na década de 70, acabou por prejudicar sua economia, destruindo muitas indústrias locais e levando o país a enfrentar uma elevada dívida externa.

Silva (2004, p. 129) salienta que, em 1979, os aspectos externos tiveram grande importância: “... quando o país sofreria os efeitos do Segundo Choque do petróleo, do aumento das taxas de juros internacionais no início da década de oitenta e da eclosão da crise da dívida em 1982”.

Lima (1997) utiliza como variáveis principais para explicar as crises, o comportamento das economias industriais mundiais, a elevação da taxa de juros e a deterioração do preço das commodities. Ele ainda afirma que a taxa de juros real deu um salto, pois era de 3,4% de 1970 a 1980 e alcançou 19,9% em 1981 e 27,5% em 1982, o que acabou dificultando um possível crescimento dos países latino-americanos.

Conforme Altimir et al (2002), a década de 80 apresentou uma forte crise econômica que levou à diminuição nas importações e também ao estabelecimento da moratória. Os fatores que concorreram para essa crise foram a reversão do financiamento externo, a queda dos preços das exportações e as elevadas taxas de juros internacionais.

O novo governo teve que gastar muitos recursos públicos para resolver os entraves que a economia incipiente acabou não podendo prover, como, por exemplo, “la tragedia de Malvinas, el desorden administrativo y sus compromisos financieros derivados, la debilidad del poder político post-militar y las inmensas expectativas sociales nacies (Casabé, 2002, p.3)”.

Todas essas variáveis estavam presentes, da mesma forma, no governo de Raúl Alfonsín. Para se ter uma idéia, quando o presidente Alfonsín assumiu o governo a inflação anual superava 300%. Além dos problemas internos, o governo também enfrentou dificuldades externas como a dívida externa que estava presente não somente na Argentina, mas também no resto da América Latina, as altas taxas de juros, dentre outros (KALLENS, 2005).

Para solucionar os problemas cada vez mais crescentes, o governo civil, que assumiu após o regime militar, adotou medidas de abertura tanto comercial como da conta de capital. Também deu um destaque à reforma financeira, porque, desta forma, acreditava conseguir reverter a situação (ALTIMIR el ali, 2002). Todas essas medidas foram adotadas até o ano de 1984.

Silva (2004) sustenta que no início do governo de Alfonsín houve um aumento ainda maior da inflação. Para tentar resolver a situação, houve até mesmo uma troca da equipe econômica, que lançou o Plano Austral (o qual será tratado com maiores detalhes no próximo capítulo).

Uma das alternativas para tentar reverter essa situação foi o aumento da emissão de moeda, mas, como consequência houve um surto inflacionário ainda maior do que ocorreu na década de 70 (SILVA, 2004).

A dívida externa foi fator presente na economia do país também no período do governo de Alfonsín, que tentou reduzi-la, mas sem sucesso. De acordo com Brecciaroli (2005) no ano de 1988, o país chegou a cessar o pagamento da dívida, mas não por muito tempo, uma vez que, logo em seguida voltou a pagar os serviços da dívida.

Silva (2004) afirma que o governo de Alfonsín teve que enfrentar uma grave crise, já que herdara da década passada os altos índices inflacionários, o endividamento externo e a destruição do aparato produtivo interno. Também se pode dizer que os conflitos vivenciados pelo país foram motivos para a crise, assim como o difícil contexto internacional existente no final da década de 70 e início da década de 80, fatores que dificultaram o fim da crise.

O autor ainda argumenta:

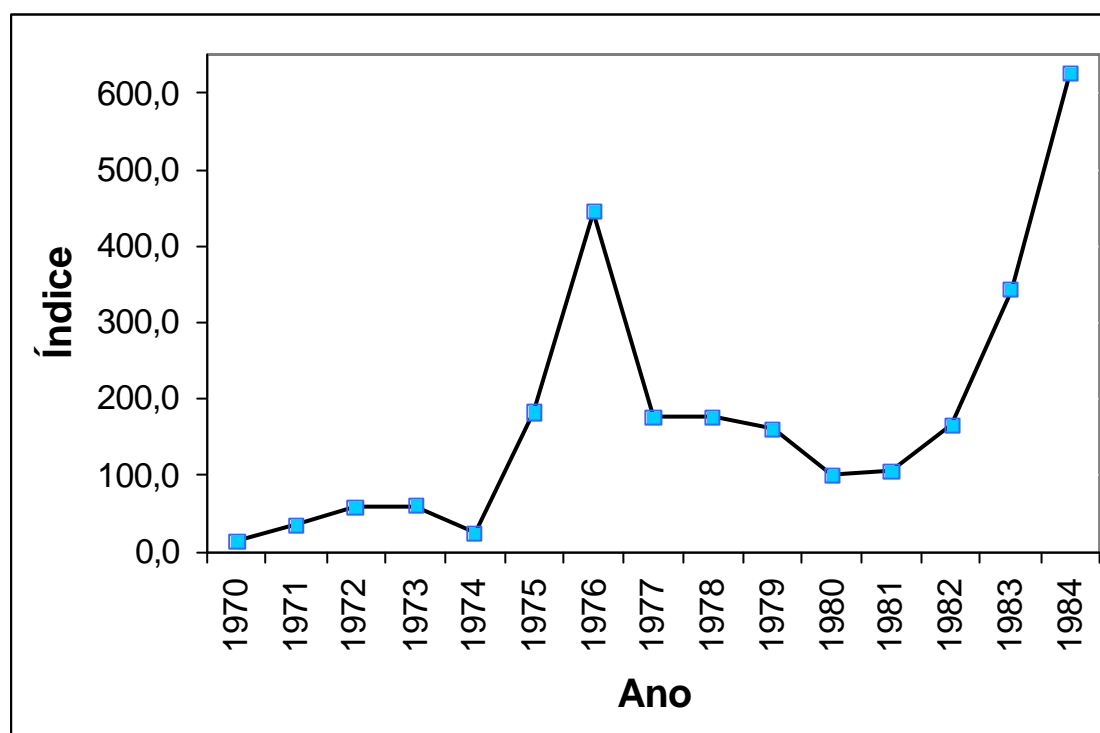
A elevação da carga de juros sobre a dívida externa graças ao aumento das taxas internacionais ocorreu simultaneamente ao comportamento extremamente desfavorável dos preços das *commodities* nos mercados internacionais e à

interrupção no influxo de capitais externos para o país, resultado da crise de confiança provocada pela decretação da moratória mexicana em 1982. Assim, o país enfrentava a difícil situação de exportar poupança diante de um cenário de virtual impossibilidade de obtenção de um volume satisfatório de divisas, o que sem dúvida condicionava a capacidade do Estado para promover políticas de crescimento que, seguramente, comprometeriam em um primeiro momento a capacidade exportadora do país e incentivariam as importações (SILVA 2004, p.185).

Como se pode perceber, a situação externa prejudicou em muito a retomada do crescimento da economia argentina, e deve-se destacar que essa situação não se verificou apenas nesse país, pois, como se verá posteriormente, o Brasil também passou por situação semelhante.

Reportando-se a Gelman (2001), o período do governo de Alfonsín foi caracterizado pela grande crise da dívida que praticamente todos os países latino-americanos enfrentaram na mesma época (década de 80) e, por isso, não havia condições de pedir novos empréstimos e também havia cada vez mais dificuldades em conseguir pagar seus saldos.

Para visualizar melhor esses impactos na inflação, será feita uma análise gráfica do índice de inflação bem como da dívida externa para o país.

**Gráfico 1 – Inflação da Argentina no período 1970-1984 (percentuais anuais)**

Fonte: Elaboração da autora baseada nos dados do Anexo A

Como se pode perceber através do Gráfico 1, houve um gradual crescimento da inflação na década de 70.

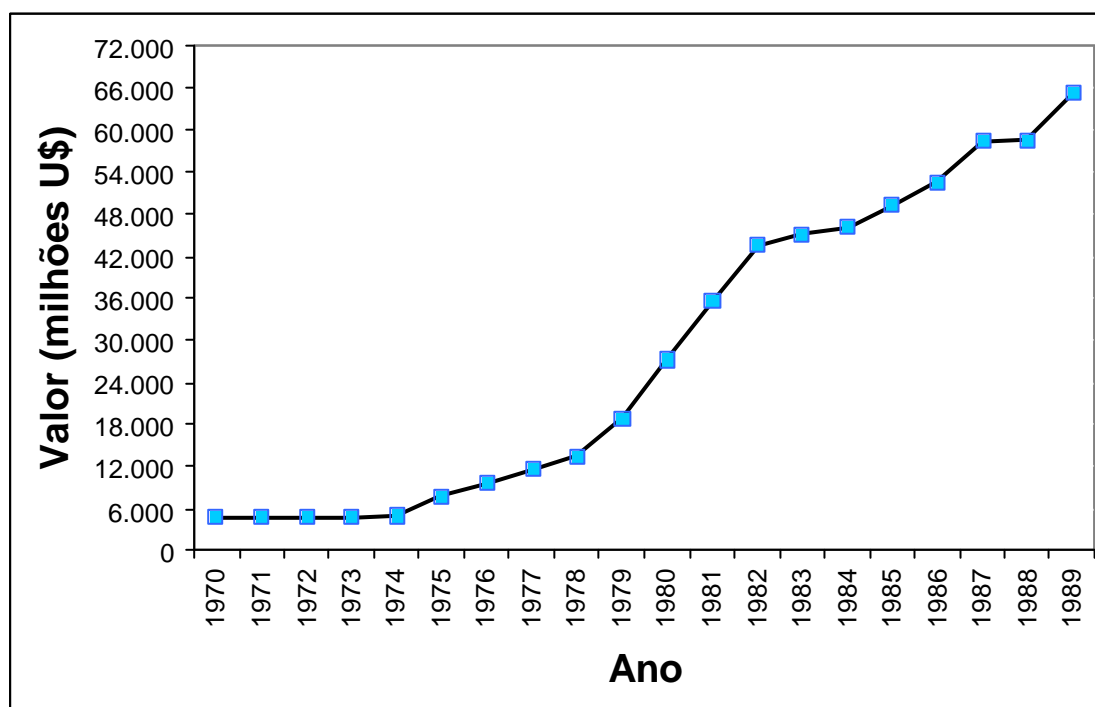
A partir de 1975 começa a haver um surto inflacionário na Argentina, que, como já foi explicado, tem sua origem com o primeiro choque do petróleo e as crises políticas e sociais que o país vinha enfrentando. Esse surto inflacionário começou a ser combatido de várias maneiras e, como se observa, após a ascensão do governo militar houve uma melhora nos índices inflacionários, a partir de 1977.

No início da década de 80, há uma nova diminuição nesses índices, mas não dura por muito tempo, pois, em 1982, tem-se a moratória mexicana, a qual deixa os países latino-americanos em situação delicada, pois os investidores externos temem nova moratória. Isso tudo acaba gerando um novo aumento inflacionário que tem uma

queda no meio da década de 80, através do novo governo civil de Raúl Alfonsín, que adota medidas heterodoxas de controle inflacionário com a adoção do Plano Austral. Mas o plano (como se verá no próximo capítulo) não consegue suportar por muito tempo as pressões inflacionárias.

Um outro determinante da crise da década de 80 que pode ser destacado é o aumento da dívida externa. Através do Gráfico 2, pode-se constatar a evolução da dívida durante as décadas de 70 e 80. Os maiores picos da dívida externa argentina vem a partir da entrada do governo militar, em 1975, e a partir daí só veio a crescer.

**Gráfico 2 – Dívida Externa da Argentina no período 1970-1989 (milhões de dólares)**



Fonte: Elaboração da autora baseada nos dados do Anexo B



Quanto à dívida externa da Argentina, deve-se destacar o seu gradual aumento, que foi observado principalmente no meio da década de 70, quando o governo do país voltou às mãos dos militares. Estes estavam tentando resolver os problemas de recessão e inflação da economia argentina através de medidas as quais acabaram tendo resultados contrários no que se refere à dívida externa, ou seja, houve um aumento significativo da mesma. Esse aumento não se efetivou apenas no início do governo militar, mas, com o passar dos anos, a dívida externa passou a ser cada vez maior, como se pode observar no Gráfico 2.

A década 80 foi caracterizada, além de outras coisas, pela crise da dívida externa, presente na maioria dos países latino-americanos, e para a Argentina não foi diferente, uma vez que, seguindo o que já vinha acontecendo no início da década, a dívida continuou a evoluir até o fim dos anos 80.

Pode-se destacar, para essa década, a moratória do México, que teve repercussões desastrosas em muitos países, e, dessa forma, não foi possível uma protelação da dívida argentina.

Com a crise dos países latino-americanos, ficava cada vez mais difícil conseguir novos empréstimos e prorrogação da dívida, até que, no final da década de 80, o país resolveu optar pela moratória da mesma. A moratória, aliada à hiperinflação de 1989, fez com que o Presidente Alfonsín entregasse o comando do governo meio ano antes para o novo presidente eleito Carlos Menem.

## **1.2 Brasil**

O Brasil também passou por graves problemas nos anos 80, que se iniciaram na década anterior.

Conforme Fernandes e Pais (2002), no final da década de 70, podem-se citar três crises pelas quais os países latino-americanos passaram, que seriam a elevação da taxa de juros internacionais, os choques do petróleo e a recessão norte-americana. Esta acabou por prejudicar as exportações brasileiras, assim como as dos demais países latino-americanos, ou seja, com a recessão, os Estados Unidos, que seriam seu principal parceiro comercial, começaram a importar menos produtos desses países.

Esses foram alguns dos fatores que desencadearam a grande crise observada no Brasil na década e 80.

Com a primeira crise do petróleo, ocorrida em 1973, as taxas de crescimento que vinham ocorrendo no Brasil, durante o período do milagre econômico (1968-1973), apresentaram uma decaída. Conforme ressaltam Gremaud et al (2002), o balanço de pagamentos apresentou um déficit no saldo de transações correntes. Dessa forma, passou a haver uma elevação nas taxas de inflação do país e, ao mesmo tempo, são dadas duas alternativas para a crise ser combatida: um programa de ajustes com políticas ortodoxas ou uma política de crescimento.

O governo chegou a optar, em um primeiro momento, pelo ajustamento, mas várias crises acabam estremecendo as bases do governo e, em 1974, é lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), pondo um fim à política de ajustamento e adotando uma política de financiamento (GREMAUD et al, 2002).

Para esses autores, a decisão pelo financiamento foi tomada juntamente com um ajuste na estrutura da oferta de longo prazo, simultaneamente à manutenção do crescimento econômico. Os autores ainda destacam que, a dívida externa começou a aparecer enquanto o governo, para dar suporte ao plano, restringiu o acesso das estatais ao crédito interno e aplicou uma política de contenção tarifária com o intuito de conter as pressões inflacionárias, o que não ocorreu com o setor privado, que teve apoio do governo através de órgãos como BNDES.

Segundo Baer (1996, p. 105), ocorreram “elevadas taxas contínuas de crescimento, o que implicava um declínio significativo nas reservas cambiais do país e/ou, um grande aumento de sua dívida externa”, pois conforme o autor, essa política de crescimento adotada foi o que facilitou, posteriormente, o reaparecimento da inflação e a proliferação da dívida externa

Bahry e Porcile (2004) consideram que a crise da dívida externa tem no ano de 1973 um marco, pois, a partir desse ano o país passou a ficar exposto às finanças especulativas. Já no período de 1974-76, a dívida externa aumentou devido às conseqüências da crise do petróleo, ocorrida em 1973, e também pelo novo II PND.

A economia já não era mais a mesma, como na época do milagre econômico, tanto que, segundo Fishlow (1986), para que se pudesse manter o crescimento da

economia brasileira após 73 ao índice de 10%, deveria haver um aumento nos índices de poupança em cerca de 4%, o qual acabava indo contra o estímulo ao consumo que vinha sendo incentivado anteriormente.

O General João Batista Figueiredo assumiu o governo em 1979 e tentou uma reversão na situação em que o país se encontrava. Para tanto, o seu Ministro da Economia, Mário Simonsen, pretendia “restaurar o papel das forças de mercado e intensificar a efetividade dos instrumentos de política” (FISHLOW, 1986, p.529). Para que todo o planejado viesse a funcionar de forma eficaz, foram adotadas cinco medidas:

a) que fossem feitas transferências fiscais explícitas para cobrir os subsídios, em lugar de seu tratamento implícito no Orçamento Monetário, restabelecendo a possibilidade de restringir a oferta de moeda; b) exercer maior controle sobre a despesa, incluindo os dispêndios das estatais, que escapavam a disciplina do Governo Central, em parte devido a seu acesso a recursos externos; c) gradual redução dos subsídios às exportações, que eram fonte de crescente atrito com os Estados Unidos, a ser compensada pela aceleração das minidesvalorizações; d) modesta liberalização das restrições às importações; e e) desaceleração do crescimento, que seria um preço temporário para a reordenação da economia brasileira (FISHLOW, 1986, p. 529).

Mas, segundo esse mesmo autor, vários segmentos não receberam com bom grado as propostas de Simonsen, pois as medidas estavam proporcionando pressões inflacionárias, o que chegaria a uma possível recessão. Dessa forma, Simonsen foi substituído por Delfim Netto, que decidiu por continuar com a política de crescimento anterior<sup>2</sup>, mas essa tentativa de crescimento não livrou o país da crise que se vive nciara na década de 80.

Conforme Bresser Pereira (1991), a partir de 1981, começou a haver uma estagnação no crescimento, e até mesmo, em alguns momentos encontra-se um crescimento negativo. Esse autor divide em três momentos a crise:

...entre 1981 e 1983 — a diminuição no ritmo de crescimento foi corretamente atribuída ao esforço de ajustamento imposto pela crise da dívida; numa segunda etapa — 1984 a 1986 — a crise parecia estar superada e o processo de ajuste parecia haver logrado sucesso; desde 1987, porém, a crise está de volta. Naquele ano, o PIB cresceu à mesma taxa do crescimento populacional; a taxa de crescimento do PIB em 1988 foi negativa (0,3%) (BRESSER PEREIRA, 1991, p. 1).

<sup>2</sup> Deu prioridade à energia e à agricultura, pois o aumento da produção acarretaria em uma menor incidência no preço dos alimentos, bem como de olho no álcool como substituto energético e, por fim, uma melhor distribuição de renda.

Como se pode perceber, a década de 80 apresentou várias nuances em relação à crise, como salienta Bresser Pereira (1991), pois a crise da dívida trouxe ao país uma nova problemática, a crise fiscal, que acabou favorecendo a estagnação econômica.

Baer (1996) vai destacar que, em 1982, o México anunciou moratória à sua dívida, fazendo com que os mercados internacionais deixassem de financiar a dívida dos países latino-americanos, o que deixou o Brasil em uma situação ainda pior.

Fishlow (1986) menciona quatro razões pelas quais a política heterodoxa fracassou e deu espaço à grande crise da década de 80. Seriam elas o excesso de demanda, a lei salarial de 1979, o controle de importações (que eleva o preço dos produtos internos) e, por fim, a impossibilidade de reversão das expectativas inflacionárias. Assim, o próximo passo foi uma tentativa baseada em uma política ortodoxa que tinha as seguintes características:

Limitou-se severamente a expansão monetária, provocando um aperto de liquidez. As taxas reais de juros elevaram-se a 40-45% ao ano. As empresas reduziram a produção e tentaram baixar seus estoques, que estava superdimensionados e cada vez mais dispendiosos. Declinaram os investimentos privados, tendo sido também cortados os das estatais Fishlow (1986, p. 535).

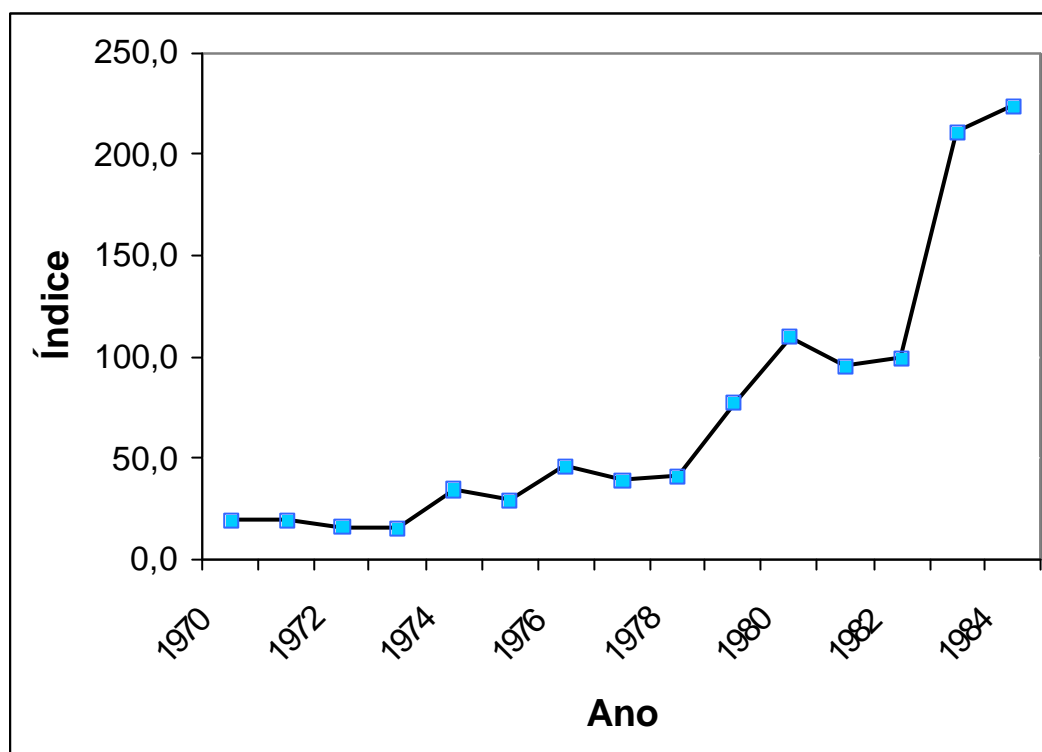
Porém essas medidas não foram suficientes para a situação que o país enfrentava. O que se obteve com essa política foi, por um lado, a queda do PIB em 1,6%, no período 1980-81, pois o desemprego urbano gerou uma queda na renda maior do que a observada no período da Grande Depressão (Fishlow, 1986). Por outro lado, o autor afirma que a inflação sofreu uma queda de 27% no período 1980-81 (de 127% para 94%), e um superávit na balança de pagamentos, tudo isso com intuito de, entre outras coisas, passar credibilidade externa. O país manteve-se por um tempo sem pedir ajuda ao FMI (Fundo Monetário Internacional), mas após as eleições ocorridas em 1982, não se teve outra solução que não recorrer ao Fundo (Fishlow, 1986).

Já em 1984, segundo Baer (1996), a economia passou a apresentar uma recuperação, com um crescimento de 4,5% do PIB e, em 1985, de 8,3%.

Conforme Bahry e Porcile (2004), no ano de 1987, o Brasil decretou moratória à dívida externa para defender as reservas internacionais que o país possuía e também com o intuito de uma negociação da dívida, mas, no ano seguinte, a moratória foi suspensa.

Para resolver os problemas crescentes, os países latino-americanos decidiram promover um excedente comercial para que houvesse como cobrir o déficit financeiro. Isso ocorreu por meio de desvalorizações cambiais, o que acabou proporcionando uma elevação da inflação, como salienta Lima (1997), e os países que mais sofreram com essas crises inflacionárias foram a Argentina e o Brasil. Dessa forma, criou-se uma necessidade cada vez maior de combater a inflação, e dessa necessidade foram criados vários planos na tentativa de reverter essa situação. A princípio eram baseados na ortodoxia, mas, posteriormente, começaram a usar idéias heterodoxas.

A análise gráfica dos dados da inflação e da dívida externa para o Brasil apresenta -se a seguir.

**Gráfico 3 – Inflação do Brasil no período 1970-1984 (percentuais anuais)**

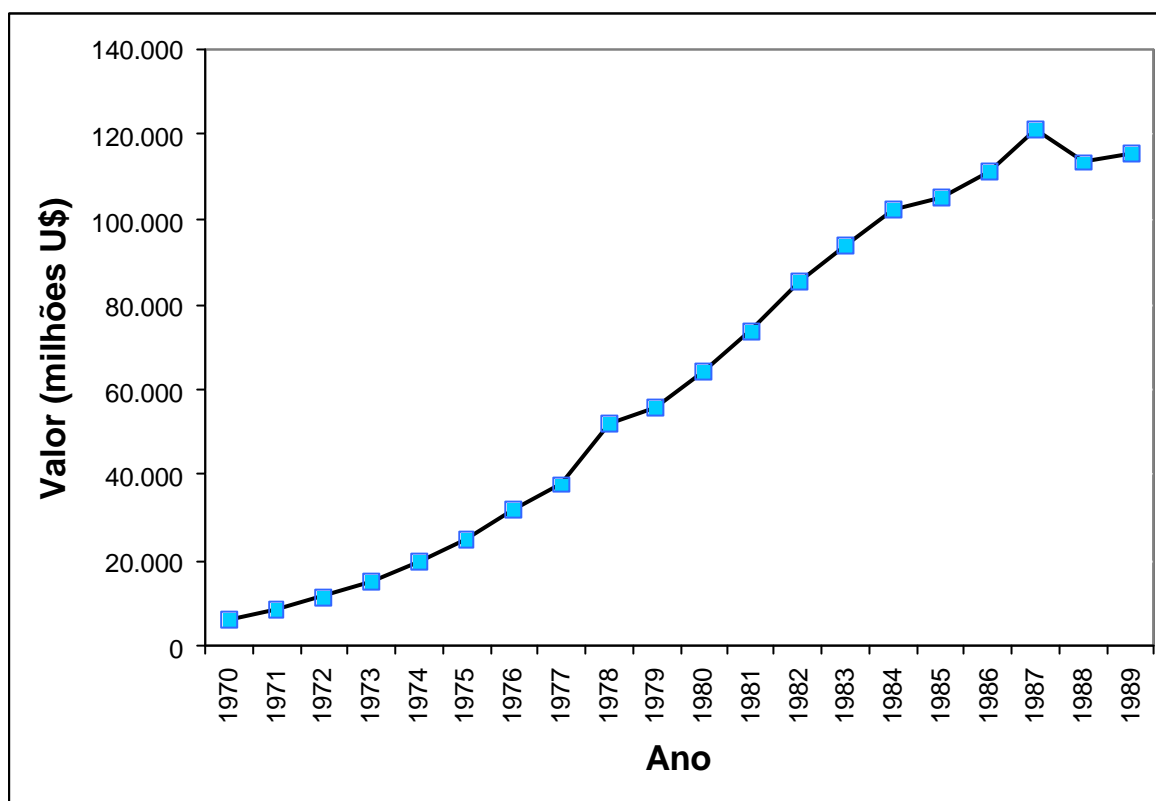
Fonte: Elaboração da autora baseada nos dados do Anexo D

No Brasil, a situação não é muito diferente da que foi vivenciada na Argentina, com a exceção de que todo o período da década de 70 teve governo militar, mas de resto acontece praticamente o mesmo.

O país sofre com as crises do petróleo, com repercussão nas taxas de inflação que vinham em patamares baixos, e, a partir de 1973, sofreram uma elevação. A princípio foi possível chegar a um controle da inflação, o país voltou a investir no crescimento e constatou-se uma leve queda, mas, com o segundo choque do petróleo (no fim da década de 70), os índices inflacionários aumentaram ainda mais e a alternativa pelo crescimento já não parecia mais a ideal.

A partir daí o país entrou em uma grave crise inflacionária que foi aumentando a cada ano, e apenas em 1986, com o lançamento do Plano Cruzado, houve uma queda nesses índices inflacionários, que durou pouquíssimo tempo.

**Gráfico 4 – Dívida Externa do Brasil no período 1970-1989 (milhões de dólares)**



Fonte: Elaboração da autora baseada nos dados do Anexo E

No início da década de 70, pode-se destacar que o aumento da dívida externa começou a ocorrer e, assim como o aconteceu na Argentina, o Brasil também fica exposto à especulação.

Também se pode dizer que a dívida externa brasileira teve seu aumento com a crise do petróleo, em que o país acabou optando por investir no crescimento em vez de uma política voltada ao ajustamento econômico. A elevação na taxa de juros foi fator fundamental para o aumento dos índices de inflação bem como da dívida externa.

Assim como ocorreu na Argentina, o Brasil teve uma elevação na dívida na década de 80 devido à moratória do México, que acabou fazendo com que os países que ajudavam a financiar a dívida das nações latino-americanas não o fizessem mais, o que levou o Brasil a um novo empréstimo junto ao FMI, no final de 1982, após as eleições.

As dificuldades vivenciadas na década de 70 foram os impulsos fundamentais para a crise verificada nos anos 80, tanto no Brasil como na Argentina.

No próximo capítulo, serão analisadas as tentativas heterodoxas de combate à inflação e como os dois países chegaram à hiperinflação no final da década de 80.



## **2 NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A INFLAÇÃO E OS PLANOS HETERODOXOS**

Este capítulo tem como objetivo mostrar que a principal preocupação da política econômica, tanto da Argentina quanto do Brasil, no início dos anos 80, foi de como controlar o processo inflacionário, que se relaciona com os choques de oferta que começaram a atingir essas economias a partir de meados dos anos 70 e se intensificaram no início dos anos 80, como aumento dos preços do petróleo, dos juros internacionais e de frustrações do setor agrícola.

Como as políticas de cunho ortodoxo não vinham dando resultados no combate à inflação, alguns estudos começaram a apontar para a existência de um novo componente do processo inflacionário – o inercial.<sup>3</sup> O combate à inflação inercial só seria eficaz com instrumentos heterodoxos, como tabelamento de preços e salários.

### **2.1 Argentina**

A Argentina foi a primeira a utilizar um plano baseado na heterodoxia, o Plano Austral. Antes dele, as políticas ortodoxas vigoravam no país, segundo Oliveira (1986), e eram encarregadas de uma desvalorização cambial, acompanhadas de políticas de cunho monetário e fiscal, o que acabava por proporcionar uma contração na economia.

Mas, a partir da década de 80, a inflação é vista de outra forma, como foi descrito anteriormente, pois começou a haver a preocupação com o lado inercial da inflação, que até então não tinha sido levado em consideração, e, dessa forma, começou-se a pensar em planos com medidas de cunho heterodoxo. Em junho de 1985, o presidente Raúl Afonsín colocou em vigor o Plano Austral, que, entre outras medidas, fez uma reforma monetária, substituindo o peso argentino, com o corte de três zeros.

---

<sup>3</sup> Ocorre quando há uma vinculação entre a inflação presente e a inflação futura. A inflação se propaga de um período para o outro.

No entendimento de Gabrielli e Grubisic (2002), o país enfrentou muitos problemas na década de 80, como a moratória do México, que teve conseqüências não só na Argentina, a não-negociação da dívida externa e a grande fuga de capitais e, para o ano de 1985, a inflação estava chegando a patamares tão elevados que era preciso tomar uma atitude. Foi nesse momento que o governo do Presidente Alfonsín aprovou o Plano Austral, que possuía tanto elementos heterodoxos, no sentido de evitar uma contração na economia, quanto medidas ortodoxas como ajustes fiscais e monetários, o que proporcionou uma queda da inflação nos primeiros meses de sua implementação.

A seguir, tem-se as principais características presentes no Plano Austral:

a) controle dos preços dos produtos de setores oligopolizados por um período longo, quando não de forma definitiva e permanente; b) eliminação da indexação como mecanismo generalizado na economia; c) congelamento generalizado de preços, salários, rendimento e tarifas, inclusive taxas de câmbio, por tempo indeterminado; d) reforma monetária, com nova moeda de curso legal, o Austral (A); e) mecanismo de conversão entre a nova e velha moeda para arbitrar as relações entre credores e devedores locais; f) promessa de não-emissão para financiar o déficit fiscal; opção de utilização de empréstimos externos pra este fim. Foi fixada a meta de reduzir o déficit fiscal, em um ano (nov. 1984 – fins de 1985), de 11,4 para 2,5% do PIB; g) embora não faça parte propriamente dita de um plano heterodoxo, a manutenção da taxa de juros em patamares próximos a 70% a.a. pode ser considerada um ponto importante do Plano Austral, dada a conveniência de repatriar capitais argentinos desviados para o exterior e evitar-se a formação de estoques especulativos (OLIVEIRA, 1986, p. 55).

Para Palermo (1997, p. 1), “após a frustrada tentativa de recomposição econômica estatal (o Plano Austral de 1985), esse processo culminou com as hiperinflações de 1989 e 1990.” Ou seja, a cada ano que passava, o plano, que a princípio parecia controlar a inflação, entrava em seu declínio e, no fim da década de 80, a Argentina viveu uma de suas maiores crises inflacionárias.

Segundo Hermoso (2002), a partir de 1986 começaram a haver minidesvalorizações para que o plano ainda pudesse fazer efeito. Em 1989, após a suspensão da conversão do austral, a inflação voltou a subir drasticamente e, em abril, dois meses depois de se parar a conversibilidade, a inflação passou a 33%, subindo ainda mais em maio, quando chegou a 78% e, em junho, alcança 114%.

Conforme Blanco (2005), a Argentina passou por altas taxas inflacionárias desde a implantação do Rodrigazo, mas, com a adoção do Plano Austral, a economia foi

estabilizada e o melhor, não houve recessão. Mas, como salienta o autor, a estabilização não durou muito tempo e o que veio depois foi algo que até então o país nunca havia enfrentado, ou seja, um ciclo de hiperinflação.

Gabrielli e Grubisic (2002) consideram que o fracasso do plano ocorreu porque o governo, com a queda da inflação, decidiu encontrar o equilíbrio orçamentário e retomar o crescimento através da ampliação de investimentos, o que acabou gerando uma grave deterioração fiscal a qual levou à volta acelerada da inflação.

De acordo com Rivera (2004), o Plano Austral pode ter conseguido uma redução inflacionária, mas não provocou uma melhora na distribuição de renda, que ainda continuou existindo durante a vigência do plano e teria sido um dos motivos para que ele não tivesse mais o respaldo da população.

O Plano Austral teve seu declínio com base nos seguintes fatores:

... fue precisamente la falta de efectividad de las medidas tendentes a reducir el déficit del sector público, fallas que llevaron finalmente a la hiperinflación de 1989.

El país requería enfrentar tres problemas urgentes como precondition para la profunda transformación económica que se requería; esas deficiencias estructurales eran:

- Un persistente desequilibrio fiscal causado por los elevados déficits del gobierno federal, las empresas públicas, los gobiernos provinciales y el sistema de seguridad social.
- Un deficiente sistema financiero caracterizado por una gran proporción de bancos insolventes y un débil sistema regulatorio, factor que llegó a ser crítico en 1989.
- Un sistema de servicios sociales deficiente (educación, salud y otros servicios de asistencia social; existían altas tasas de mortalidad infantil y de desnutrición entre la población general) (QUESADA, 1997, p. 14).

Segundo Morales (1993), as baixas taxas de inflação não foram necessárias para prolongar prazos de operações financeiras e muito menos para suprir a indexação observada nos salários. Por esses motivos, dentre outros, o governo sentiu a necessidade de desvalorizar a moeda em 3,2%, em abril de 1986. A partir daí, o autor destaca que a política cambial saiu do controle, tanto que, entre março e dezembro do mesmo ano, a moeda havia sido desvalorizada em 34%.

Após as desvalorizações, o governo sentiu a necessidade de aumentar o preço dos produtos que até então estavam congelados, e essas medidas acabaram por tirar a credibilidade do governo frente ao Plano Austral (Morales, 1993).

Além do referido plano, o governo Alfonsín adotou outras medidas, como a renegociação da dívida externa e políticas neoliberais, e para isso foram adotadas as seguintes ações:

Se introdujo una nueva moneda, se congelaron los salarios, reajuste y posterior congelamiento de las tarifas de los servicios públicos, reducción de las tasas de interés reguladas, devaluación y posterior congelamiento del tipo de cambio y aumento del impuesto a las exportaciones. Paralelamente se instrumentaron otras medidas, como por ejemplo: medidas tendientes a reorganizar las empresas públicas con criterio de sector privado y racionalizarlas (privatizar) (KALLENS, 2005, p. 13).

Mas essas medidas não surtiram o efeito esperado, porque apesar de ter havido uma elevação do PIB e uma redução inflacionária temporárias, a inflação voltou a crescer. A taxa de desemprego e uma queda nos salários reais, aliadas a outros fatores, fizeram com que, em 1987, fossem adotadas novas medidas para estabilizar a economia, que acabaram por não resolver o problema e pioraram a situação do país que, em 1989, atingiu uma das maiores hiperinflações já vistas na Argentina (ALTIMIR et al, 2002).

Com o iminente fracasso do Plano Austral, o Governo Alfonsín lançou outra tentativa de controle à inflação, o Plano Primavera, instituído no final da década de 80. Este plano teve curta duração, pois logo o país entrou em uma situação de hiperinflação.

Lattuada (2002) destaca que o Plano Primavera foi feito pelo governo argentino com o apoio de dois órgãos, a União Industrial Argentina e a Câmara Argentina de Comércio e, conforme o autor, um dos motivos para o seu fracasso foi a decisão desses dois órgãos em não mais apoiar o governo, pois as medidas adotadas no plano seriam contrárias às que esses organismos desejavam.

Segundo Jusué e Navarro (2005), o Plano Primavera teria sido lançado com o intuito de diminuir o déficit público através de uma redução nos gastos públicos e uma contração na emissão de moeda. O autor diz que:

La disminución de los gastos del gobierno se llevó a cabo mediante una política que incluía restricciones en el uso de electricidad y combustibles, eliminación de agencias estatales, venta de bens, retiro obligatorio para los funcionarios en edad de jubilación e voluntario para 30 e.000 agentes. Con el fin de reducir las expectativas inflacionarias, se estableció el control de precios e salarios a partir de un ajuste previo. Adicionalmente se acudió una vez más a devaluación del tipo de cambio (JUSUÉ E NAVARRO, 2005, p. 15-16).

Essas medidas demonstram que o governo estava mais preocupado em acabar com o déficit público e, para isso, optou por contrair o déficit através de aposentadorias e privatizações de estatais. Também salienta-se que, mesmo depois de ter tido dificuldades com o congelamento de preços adotado durante o Plano Austral, essa medida seguiu incorporada no Plano Primavera, juntamente com o congelamento dos salários. Sendo assim, o plano não perdurou por muito tempo, e, em 1989, a Argentina vivenciou sua maior inflação até então, chegando ao alarmante índice de 3080% no ano (Anexo A).

Esses planos também tiveram efeitos sobre o lado social do país, uma vez que o grau de pobreza teria uma elevação mais significativa após três períodos: a crise da dívida (1982), a hiperinflação (1989) e após o “efeito tequila”<sup>4</sup>, quando se percebeu um aumento nos níveis de desemprego (CROSTA, 2000). A expectativa era de que haveria uma redução quando a economia estivesse estabilizada, como foi no caso do início do Plano Austral.

O desemprego também se viu acentuado nesse período. De acordo com Kosacoff (1993), o nível de desemprego praticamente teve uma duplicação de 1980 a 1990, e também ocorreu uma redução do nível real de salários, proporcionando assim um aumento nos níveis de pobreza e concentração de renda.

Após as fracassadas tentativas de combate à inflação, que foram analisadas até agora e que desencadearam na hiperinflação do ano de 1989, houve novas tentativas de combater a inflação já com Carlos Menem na presidência, o Plano “Bunge y Born” e o Plano Bonex.

Conforme Kallens (2005), o Plano “Bunge y Born” tinha como meta, além da tentativa de redução inflacionária, o intuito de diminuir os desequilíbrios fiscais e, também, os desequilíbrios externos, que seriam resolvidos através da desvalorização e de um reajuste nos preços de vários produtos. Mas, conforme o autor, essa tentativa não foi eficaz porque trouxe uma nova hiperinflação ao país (não igual à anterior). O plano colocou em vigor algumas leis em favor da liberalização, como coloca Kallens

---

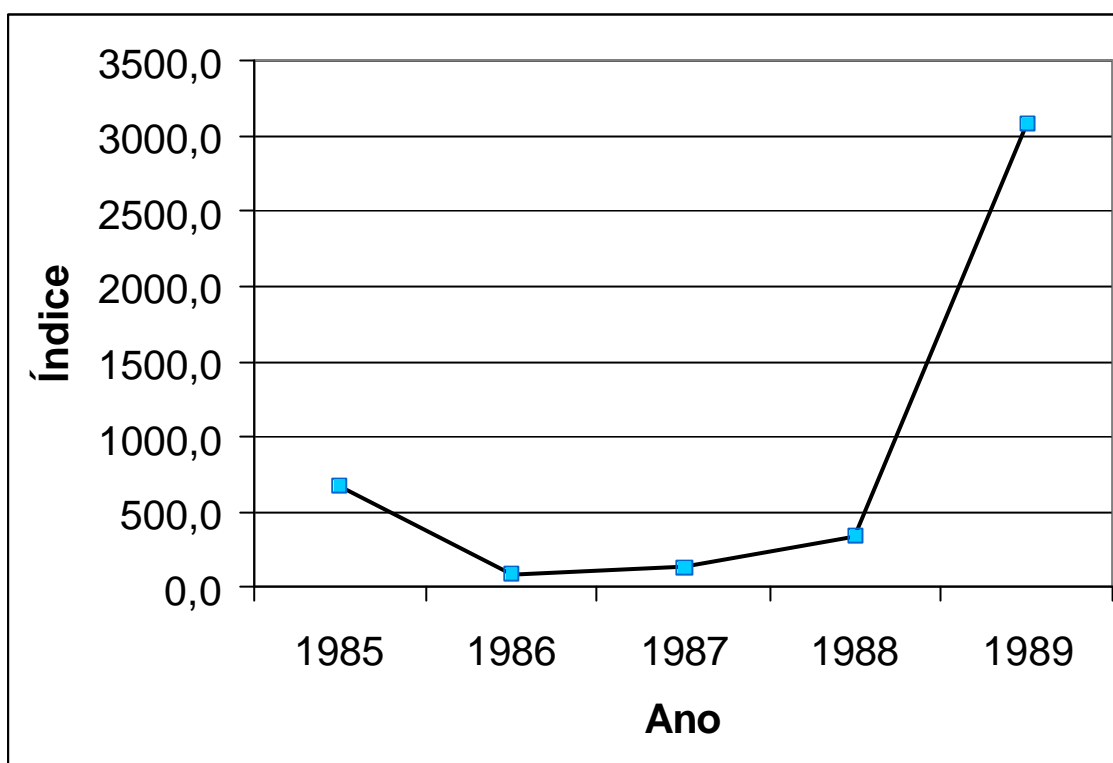
<sup>4</sup> Desvalorização ocorrida no peso mexicano, que em poucos dias foi desvalorizado consideravelmente, o que acabou trazendo uma fuga em massa de divisas do país e, atrelado a isso, trouxe uma crise em grande parte dos países em desenvolvimento.

(2005, p.14): “la aprobación de dos leyes, que en los años posteriores fueron fundamentales para profundizar la aplicación del modelo neoliberal: ley de Reforma del Estado y la de Emergencia Económica.”

De acordo com Legnini e Lliteras (1996), o Plano Bonex foi criado no fim do ano de 1989 e causou uma redistribuição de recursos provinda de uma medida de choque, convertendo a dívida do Banco Central com o Sistema Financeiro, através de títulos públicos com valores em dólares por dez anos, o que ficou conhecido como Bonex 89, havendo uma redução da liquidez.

Kallens (2005) mostra o aspecto negativo do Plano Bonex, dizendo que, com o plano, o país acabou perdendo muitos ativos e, por conseguinte, houve uma redução de divisas, o que acabou gerando uma grave recessão no país, que o levou a promover políticas de controle de gastos públicos, como a redução de trabalhadores no setor público e as privatizações.

Mas não somente a Argentina utilizou o modelo heterodoxo. O Brasil também o fez, e isso ocorreu posteriormente à Argentina, ou seja, o plano de estabilização projetado pelo governo argentino. O Plano Austral foi uma base para o Plano Cruzado, pois ambos possuíam características muito semelhantes, para não dizer idênticas.

**Gráfico 5 – Inflação da Argentina no período 1985-1989 (percentuais anuais)**

Fonte: Elaboração da autora baseada nos dados do Anexo A

Com a adoção do Plano Austral pelo governo Alfonsín, o país começou uma redução inflacionária, como foi observada no Gráfico 5, no ano de 1986. Já foi mencionado que o plano não conseguiu sustentar por muito tempo baixos índices inflacionários, e, dessa forma, ocorreu no ano seguinte um leve aumento inflacionário.

Como o Plano Austral não conseguiu manter a inflação em níveis baixos por muito tempo, o governo vai tentar outro plano para solucionar os problemas, o Plano Primavera. Mas tal plano não surte o efeito desejado, pois o governo perde o apoio da União Industrial Argentina e da Câmara Argentina de Comércio, que estavam dando suporte a ele. Com isso, no ano de 1989, a Argentina irá enfrentar uma hiperinflação de 3080% (Anexo A).

## 2.2 Brasil

Em 1985, assumiu a presidência do Brasil José Sarney e em seu mandato, o presidente implementou alguns planos de estabilização, na tentativa de acabar com a inflação, uma vez que:

“As tentativas anteriores de combate à escalada dos preços, baseadas na aplicação de políticas monetária e fiscal restritivas, não eram adequadas nem suficientes. Além de produzirem um custo elevado em relação ao nível de atividade em geral e ao emprego em particular, não logravam êxito quanto ao controle dos preços” (FLIGENSPAN, 1998 p. 103).

Essa citação refere-se à característica inercial da inflação que, segundo o autor, seria resolvida através de duas propostas: uma, defendida por Francisco Lopes, que propunha o congelamento generalizado dos preços; a outra, proposta pelos economistas André Lara Resende e Pêrsio Arida, que consistia na existência de duas moedas, uma oficial e outra temporária, que funcionaria como superindexador, atrelado à moeda oficial do País.

O governo Sarney resolve optar por um plano de estabilização heterodoxo – Plano Cruzado – no meio de muitas tentativas fracassadas de reverter a inflação sob forma ortodoxa, uma vez que a inflação brasileira estava sendo vista como inercial. O plano seguiu as idéias de Lopes, usando o congelamento total de preços e salários acompanhados de políticas monetárias e fiscais passivas para controlar a inflação. Mas a inflação ficou pouco tempo sob controle.

O Plano Cruzado tinha as seguintes características:

Congelamento de preços, salários e aluguéis e taxa de câmbio = 1\$ = ± 14Cz. O problema que surgiu foi o dos salários antecipados, o reajuste de salários seria pela média dos últimos 6 meses. A única hipótese viável era fazer uma média.

Plano gerou, na prática, um efeito riqueza. O salário aumentou em média 8% para precaver a inflação de fevereiro. Incrementaram-se salários e congelaram-se os preços. Reforma monetária; Criou-se a ‘tablita’, baseada no plano argentino para a taxa de câmbio (MORAN e WITTE, 1993, p. 131).



Como se pode observar, as características e pretensões do Plano Cruzado são praticamente as mesmas do Plano Austral, que serviu de base para a construção do Plano Cruzado. Para Baer (1996), o congelamento dos salários e dos preços seria o principal fator para se conseguir combater a inflação inercial. E foi o principal motivo para que o plano tivesse êxito durante algum tempo, mas também foi um dos motivos para sua ineficiência. Conforme Modiano (1992), para que o salário se enquadrasse no Plano Cruzado, foi feita uma conversão tomando como base a média do poder de compra dos consumidores nos últimos seis meses anteriores à adoção do plano, além de um reajuste de, aproximadamente, 15% do salário mínimo e um abono de 8% que incidia no salário em geral, o que favoreceu em muito a classe operária.

Mas, conforme Baer (1996), o congelamento afetou de forma desigual cada segmento, porque alguns produtos haviam sofrido aumento pouco antes da implantação do plano, outros nem tanto. Dessa forma, alguns produtos acabaram com preço mais defasado que outros. O autor também vai colocar que não se sabia ao certo quanto tempo deveriam os preços ficar congelados, uma vez que não se tinha previsão de quanto tempo levaria para que se conseguisse controlar a inflação de forma definitiva.

O crescimento econômico ocorreu principalmente devido ao congelamento dos preços e ao aumento salarial que se teve no início do Plano Cruzado, pois muitas pessoas acabaram utilizando o dinheiro da poupança para o consumo de bens, principalmente duráveis, o que até então não era tão comum, e esse consumo era observado em todas as camadas sociais (Baer, 1996).

O aumento da produção verificou-se principalmente através do aumento de maquinário e não do aumento de empresas, as quais investiram mais em máquinas para que sua produção pudesse ser maior. Baer (1996, p.174) usa uma afirmação semelhante à que foi usada por Modiano (1992): “Em janeiro de 1987, dizia-se que quase 60% do setor fabril operava a mais de 90% de sua capacidade.”

Modiano (1992) ainda afirma que, de início, fixou-se a taxa de câmbio ao índice do dia 27/02/1986, dia anterior à adoção do plano. Essa taxa ficou fixa por muito tempo e, como salienta Baer (1996), foi um dos motivos para o colapso do cruzado.

Modiano (1992) observa que o plano surtiu efeito para os primeiros meses, quando se percebeu grande participação da população, que fiscalizava os preços congelados para ver se não havia modificações, e a inflação teve uma derrocada significativa, sem haver recessão ou aumento do desemprego.

Conforme Baer (1986), no início o Plano Cruzado teve resultados interessantes, ou seja, houve uma melhora significativa na economia, teve-se uma drástica redução da inflação, um crescimento econômico a índices consideráveis, uma queda no desemprego, até mesmo um superávit comercial de US\$ 1 bilhão.

O Plano Cruzado também trouxe um benefício temporário para outras duas áreas, além da redução inflacionária (235% em 1985, para 65% em 1986 (Anexo D)), que foi a diminuição do desemprego e uma redução temporária dos níveis de pobreza encontrados no país.

Draibe (1998) comenta que o presidente procurou resolver o problema “desemprego”, através da utilização de 1,6% do PIB para os Planos de Prioridade Social no Plano Cruzado. Houve um resultado positivo em um primeiro momento, pois o desemprego diminuiu. Com a implantação dos planos subseqüentes, a economia entrou em uma estagnação, ou seja, o indicador desemprego não obteve melhora, mas também não teve piora.

Rocha (1998) enfatiza que o Plano Cruzado foi decisivo para a redução da proporção de pobres no período 1985-86, mas foi somente nesse período porque, nos demais períodos, essa redução se transformou em um aumento, apesar desse aumento não chegar a atingir índices muito elevados como os vistos antes de 1985. Na verdade, houve pouca variação no grau de pobreza.

Para Galeazzi (1993), essa diminuição no grau de pobreza durante o Plano Cruzado ocorreu porque houve um controle geral nos preços dos alimentos. No início do plano, esse controle dos preços proporcionou uma maior demanda por parte da população. Como a moeda teve uma valorização e os preços ficaram congelados, houve uma queda na proporção de pobres, mas, como já foi mencionado, não durou muito tempo. A autora ainda reforça o que os demais autores mencionaram, ou seja, que com o fracasso do Plano Cruzado, o poder aquisitivo dos mais pobres voltou a cair e o nível de pobreza a aumentar.

Já Draibe (1998) afirma que, além do desemprego, o governo Sarney se preocupou em tentar resolver o problema da pobreza. Para isso teve-se uma elevação do salário mínimo em 15%, como plano de combate à fome e à miséria. Realmente, em 1986, o índice de pobreza caiu, mas, nos anos seguintes, houve uma elevação, pois o que era de 28,28% em 1986, passou para 40,86 em 1987 (Anexo F).

Para Ramos (1994), a década de 80 pode ter sido considerada como a década perdida, mas, de certa forma, não se pode dizer que houve um aumento na pobreza, mas, sim, um aumento na desigualdade de renda, o que acabou proporcionando um aumento na diferença entre os pobres, colocando os mais pobres abaixo da linha de indigência.

Mas o Plano Cruzado não durou muito tempo, uma vez que foi criado em fevereiro de 1986 e se estendeu até novembro do mesmo ano. Para Fishlow (1986), a causa do aumento da taxa de inflação veio do aumento desenfreado na demanda. Como bem coloca Baer (1986), o governo brasileiro chegou a importar determinados produtos, principalmente carne e leite, de tanto que houve aumento na demanda, sem que a oferta interna cobrisse.

Vários autores concordam que o estopim para a crise com o Plano Cruzado foi o aumento excessivo da demanda, principalmente para carne, leite e automóveis. Modiano (1992) lista os fatores que determinaram conjuntamente esse aumento exagerado da demanda:

O aumento do poder de compra dos salários, a despoupança voluntária causada pela ilusão monetária, o declínio do recolhimento do imposto de renda para pessoas físicas, a redução das taxas de juros nominais, o consumo reprimido durante os anos de recessão e o congelamento de alguns preços em níveis defasados em relação a seus custos... (MODIANO, 1992, p. 361)

Visto que o consumo crescia cada vez mais e temendo-se uma crise na demanda, em julho de 1986 foi adotado o “cruzadinho”, que seria um novo pacote fiscal tendo como objetivo diminuir ou controlar o consumo. Esse pacote fiscal teria as seguintes características:

... novos impostos indiretos na aquisição de gasolina e automóveis que seriam restituídos após três anos. Além disso, introduziu impostos não-restituíveis sobre a compra de moedas estrangeiras para viagem e passagens aéreas internacionais. A receita adicional do governo financiaria o Plano de Metas, um programa de investimentos públicos e privados anunciando simultaneamente, que visava um crescimento anual do PIB de 7%. A credibilidade de todo o programa seria prejudicada pela decisão do governo de expurgar esses

aumentos de preços do IPC, visando postergar o primeiro disparo do “gatilho” salarial. (MODIANO, 1992, p. 361)

Também esse pacote não conseguiu deter a demanda, uma vez que os consumidores acabaram por aumentar seu consumo com receio de que viesse a terminar o congelamento. Percebeu-se um aumento de 12,2% na produção industrial, relativa a 12 meses, via-se também que muitos setores da economia estavam operando próximos ao pleno emprego, havendo uma escassez de matérias-primas e bens intermediários (Modiano, 1992).

Em novembro de 1986, o governo lançou novo pacote fiscal, o Cruzado II, que tinha por objetivo aumentar a arrecadação do governo para 4% do PIB, o que gerou uma aceleração inflacionária. Assim, em janeiro de 1987, o reajuste salarial não conseguiu repor mais do que a perda do mês corrente (Modiano, 1992). O autor ainda afirma que, a partir desse surto inflacionário e dessa reposição salarial, o governo começou a descongelar os preços de forma abrupta e a retomada da inflação e o déficit na balança comercial fizeram com que, em fevereiro de 1987, o governo decidisse por suspender o pagamento da dívida externa.

Moran e Witte (1993) afirmam que o Plano Cruzado II, ao invés de conter a inflação, provocou efeito contrário, ou seja, houve um aumento na inflação. Esse Plano durou até janeiro de 1987 e, em junho desse, foi consolidado o penúltimo plano, o Plano Bresser.

Modiano (1992) salienta que o Plano Bresser não tinha objetivos tão gananciosos como o Plano Cruzado, ou seja, não se estava tentando chegar a uma inflação zero, mas apenas a um controle da inflação e esse controle seria conseguido através, dentre outras coisas, da diminuição do déficit público e do congelamento salarial.

Segundo Moran e Witte (1993), para diminuir a inflação durante o Plano Bresser, uma das medidas foi o congelamento geral dos preços, bem como o estabelecimento de um novo indexador, que ficou conhecido como Unidade de Referência de Preços (URP), com a finalidade de reajustar os salários e determinar os tetos para os ajustes futuros que seriam dados aos preços. E, para que não acontecesse o que aconteceu com o Plano Cruzado, foi adotada uma política monetária e fiscal rigorosa para impedir

que houvesse um aumento desenfreado da demanda, e também um aumento na taxa de juros para que se chegasse a uma queda mais rápida da inflação.

Conforme Modiano (1992), com o Plano Bresser, os salários ficaram congelados por três meses, com um reajuste de 20%, seguindo a inflação do mês de maio, que alcançou 23,2%. Também foram congelados os aluguéis residenciais e comerciais, que seriam reajustados posteriormente ao congelamento por toda a inflação registrada no período em que foram congelados.

O autor ainda apresenta os resultados que o plano gerou para a economia brasileira durante sua vigência. Segundo ele, houve uma queda inflacionária, e o que era 26,1% em junho passou para 2,1% em julho e 6,4% em agosto de 1987. Já para a produção não vai acontecer o que ocorreu durante o Plano Cruzado, pois houve uma perda do poder aquisitivo e, dessa forma, não houve um aumento na demanda e, por conseguinte, não se teve aumento na produção. Assim, não se podia dizer que a inflação presente durante o Plano Bresser viria da elevada demanda, mas, sim, “de um conflito distributivo de rendas no setor privado e entre os setores privado e público” (MODIANO, 1992, p. 369).

O autor ainda aponta que começaram a haver muitas pressões inflacionárias e, no mês de agosto do ano de 1987, o governo permitiu reajustes nos preços com um teto de 10%, o que era superior à URP, que deveria ser de apenas 4,7%. Isso acabou causando uma perda de credibilidade por parte do governo perante a nação. Para outubro chegou-se a um reajuste de 15% ao mês.

No fim das contas, o Plano Bresser, que tinha como intuito diminuir a inflação e reduzir o déficit público, acabou proporcionando o inverso: depois de uma ligeira queda na inflação viu-se sua elevação e posterior aumento no déficit público. Em janeiro de 1989, entrou em vigor o último plano de estabilização do governo Sarney, o Plano Verão.

Moran e Witte (1993, p.135) descrevem as principais características do Plano Verão: “congelamento de preços, serviços e tarifas públicas por tempo indeterminado, não sem antes ‘realinhar’ os preços dos combustíveis e da energia elétrica”.

Os autores ainda afirmam que a diferença principal do Plano Verão em relação aos demais planos vivenciados durante o Governo Sarney é o fim da correção monetária, mas o congelamento ainda estava presente nas ações do plano.

Para Gremaud et al (2002), a inflação seria reduzida do congelamento dos empréstimos do setor público e da contenção dos salários, mas não foi eficaz, pois acabou atingindo os 51,28% em dezembro de 1989. Para combater a inflação, o governo utilizou tanto elementos heterodoxos como ortodoxos. As medidas ortodoxas seriam a contenção da demanda, através da diminuição dos gastos públicos e da elevação das taxas de juros. Já as ações heterodoxas estavam encarregadas da desindexação da economia, através do congelamento de preços. Como não existiu nenhum ajuste fiscal, a manutenção dos déficits públicos em patamares cada vez mais elevados foi facilitada. Os déficits atrelados à imobilidade da política econômica favoreceram o aumento acelerado da inflação.

Ao assumir o governo, em 1990, o Presidente Fernando Collor de Mello vai ter como um de seus objetivos, o combate à inflação. Para tanto, já tinha um outro diagnóstico sobre suas causas – excesso de liquidez da economia.

O Plano Collor I teve como principais características, conforme Gremaud et al (2002), uma reforma monetária que tentou reduzir a liquidez da economia brasileira através do bloqueio de depósitos à vista, das aplicações de overnight e fundos de curto prazo, bem como os depósitos em poupança; uma reforma administrativa e fiscal com intuito de acabar com o déficit e gerar um superávit. Também estavam incluídos um programa de privatizações, uma melhoria dos instrumentos de fiscalização e de arrecadação para que se pudesse diminuir a sonegação e as fraudes existentes, tudo com intuito de gerar maior eficiência da administração pública e, também, reduzir os gastos; houve um congelamento de preços e uma desindexação dos salários em relação à inflação passada; o regime cambial também sofreu alterações, começou-se a adotar um sistema de taxas flutuantes; houve o início da liberalização comercial, ou seja, a abertura comercial através da redução das tarifas aplicadas à importação de 40% para menos de 20% em quatro anos, em termos médios.

Dessas medidas, as que mais se destacaram foram o confisco e a abertura comercial. De acordo com o autor, o confisco trouxe graves problemas na produção

interna e na questão dos empregos, pois a diminuição na produção interna gerou um processo de demissões, férias coletivas, redução nas jornadas de trabalho, redução nos salários, dentre outras.

Talvez o único resultado positivo que se tenha tido do Plano Collor I foi a transformação do déficit fiscal em superávit, ou seja:

O objetivo era reverter o déficit primário que se situara em 8% do PIB em 1989 para um superávit de 2% do PIB em 1990. Houve um grande sucesso nesse sentido, com o governo conseguindo obter um superávit de 1,2% do PIB. Nota-se, porém, que este resultado decorreu em grande parte do imposto extraordinário (IOF sobre ativos financeiros), da redução dos gastos com a rolagem da dívida pública em virtude do confisco e de atrasos de pagamento do governo (GREMAUD et al, 2002, p. 453).

Mas os resultados do plano não surtiram o efeito desejado e, dessa forma, teve-se um novo processo de combate inflacionário, o Plano Collor II. O segundo Plano de Estabilização do governo (Plano Collor II) conseguiu reduzir a inflação somente pelo tempo em que existiam mecanismos de controle direto, depois disso a inflação voltou a subir (ARBEX, 1997).

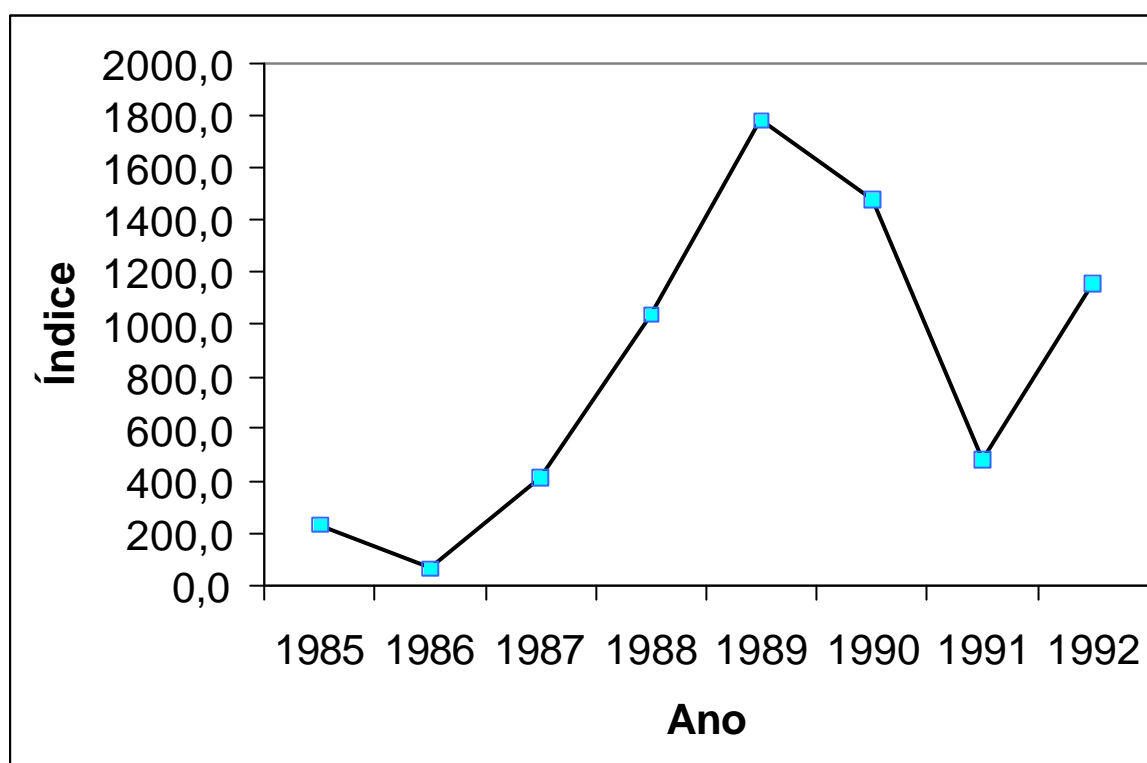
Ainda citando Arbex (1997), em 1992, a taxa de inflação estava muito elevada e, para tentar um controle inflacionário, elevou-se a taxa de juros na esperança de haver uma desaceleração da inflação. Não surtiu efeito, visto que, neste período, o país passou pelo *impeachment* do presidente Collor. Quando Itamar Franco assumiu, essa era sua maior meta, tentar reduzir a inflação e impedir que se chegasse a uma hiperinflação. A inflação continuou elevada no ano seguinte (1993), e a única tentativa de contê-la foi a política monetária, com o controle da taxa de juros.

Para o autor, a elevada taxa de inflação, no ano de 1993, deveu-se à política monetária, que ele considera como passiva, e ao consumo antecipado, pois o governo não tinha a menor credibilidade frente à população de que conseguiria combater a inflação. A preocupação maior do governo nesse período era de evitar a hiperinflação e não de reverter a inflação existente, e isso persistiu até a implantação do novo plano de estabilização, o Real, começado com a implantação da Unidade Real de Valor (URV).

O Presidente Itamar Franco, em 1994, colocou em vigor um plano de estabilização diferente dos tentados anteriormente no país. Foi usada a proposta

LARIDA,<sup>5</sup> sendo criada uma moeda temporária, que foi chamada de Unidade Real de Valor (URV).

**Gráfico 6 – Inflação do Brasil no período 1985-1992 (percentuais anuais)**



Fonte: Elaboração da autora baseada nos dados do Anexo D

Observa-se, até aqui, que as altas taxas inflacionárias vivenciadas no Brasil ficaram cada vez mais preocupantes e, a cada ano, via-se sua grande elevação, mas, no ano de 1986, com o lançamento do Plano Cruzado, tem-se uma queda nesses índices inflacionários, como se pode ver no Gráfico 6, pois o que era de aproximadamente 235%, no ano de 1985, caiu para 65%, no ano seguinte (Anexo D).

Mas essa queda não durou por muito tempo, pois, no ano seguinte, com o fracasso do Plano Cruzado, devido, entre outras coisas, à elevada demanda e à

<sup>5</sup> A expressão LARIDA vem dos economistas André Lara Resende e Pêrsio Arida, os mentores do Plano Real.



insuficiência de oferta, os índices inflacionários tiveram uma elevação além do que já se fora visto anteriormente, chegando no ano de 1989 a 1.783% (Anexo D).

O Gráfico 6 mostra bem essa elevação da inflação, com uma queda de 1985 para 1986 e, a cada ano, uma elevação contínua até atingir a hiperinflação, no ano de 1989, mesmo após várias tentativas de solucionar esse grave problema.

### **3 AS REFORMAS CONTIDAS NO CONSENSO DE WASHINGTON E O CONTROLE DA INFLAÇÃO NA DÉCADA DE 90**

No final da década de 80 e início da de 90 começaram a ocorrer profundas transformações no mundo. Não se tem mais a bipolaridade (URSS-EUA) que dava motivos para a existência da chamada Guerra Fria, os países latino-americanos passaram por uma redemocratização, teve-se uma maior abertura econômica desses países, e uma integração econômica do tipo multidimensional vem como uma tentativa de inserção em um mundo globalizado com intuito de desenvolver os países latino-americanos.

Neste capítulo serão analisadas as características da década de 1990, com o Consenso de Washington, bem como a estabilização ocorrida na Argentina e no Brasil, com os Planos de Conversibilidade e Real, respectivamente.

#### **3.1 Consenso de Washington e a Abertura Econômica**

No final da década de 80, foi realizado um encontro, em Washington, nos EUA, promovido pelo International Institute for Economy com a participação do governo dos EUA, Banco Central dos EUA (FED), Banco Mundial, FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com intuito de discutir as reformas que se faziam necessárias na América Latina, que passava por problemas como altas taxas de inflação, desemprego, recessão etc. Esse encontro ficou conhecido como Consenso de Washington e dele pode-se resumir dez medidas que os países deveriam adotar para que pudessem crescer e desenvolver suas economias:

- 1) disciplina fiscal;
- 2) eficiência nos gastos públicos, com ênfase em educação e infra-estrutura;
- 3) reforma fiscal que baixe alíquotas dos impostos e amplie a base;
- 4) liberação das taxas de juros;
- 5) taxa de câmbio competitiva;

- 6) liberalização comercial;
- 7) estímulo ao investimento estrangeiro;
- 8) privatização;
- 9) desregulamentação; e
- 10) garantia de direitos de propriedade (HADDAD, 2005).

O Consenso de Washington possibilitou uma maior abertura econômica. A partir de então, os países não-desenvolvidos começaram a tomar suas decisões políticas baseados no Consenso de Washington, tanto que o Plano de Conversibilidade (Argentina) e o Plano Real (Brasil) foram pensados com base nas recomendações do Consenso.

Aliada às políticas de estabilização que os países adotaram nos moldes sugeridos pelo Consenso de Washington para uma redução inflacionária está a abertura econômica, que forma um grande pilar de sustentação para o Plano de Conversibilidade argentino e do Plano Real brasileiro.

Dentre as várias características presentes no Consenso de Washington, talvez a abertura econômica seja a mais ligada aos planos de estabilização adotados durante a década de 90 por Brasil e Argentina, uma vez que esses planos têm influência do processo de abertura econômica como aliados na estabilização inflacionária bem como da economia.

Dessa forma, deve-se analisar o processo de abertura econômica vivenciada pelo Brasil e pela Argentina a partir da década de 90, em que muitas reformas foram realizadas.

### 3.1.1 Argentina

A primeira abertura econômica ocorreu na Argentina na década de 70 até o início da década de 80 (1976-1981) com o governo militar, que acreditava ser uma das alternativas para melhorar a situação econômica no país. Com a nova ordem econômica da década de 90, baseada no Consenso de Washington, o país começou uma nova abertura de sua economia.

Kosacoff (1993) explica como foi realizada a segunda abertura econômica na Argentina. Conforme o autor, essa abertura se deu a partir da entrada de Menem no

governo do país e, em janeiro de 1991, foram reduzidas drasticamente as quotas de importações e houveram algumas modificações nas tarifas nominais.

El promedio nominal bajó de 26% en octubre de 1989 a 18% a fines de 1990. Luego de um brevíssimo período en el que rigió un arancel único de 22%. La reforma anunciada en abril de 1991 restableció aranceles diferenciados en tres niveles: 0,11 y 22%. En noviembre de 1991, por razones fiscales y de compensación del retraso cambiario, aquellos bienes libres de arancel pasaron a tributar 5% (con la excepción de los bienes de capital no producidos, que permanecen en 0) y los incluidos en la franja intermedia pasaron a 13%. El promedio es apenas inferior a 10%. La inexistencia de barreras no arancelarias y el bajo nivel y dispersión de las tarifas definen una apertura general inédita históricamente. La excepción mayor a esta regla se encuentra en el sector de automóviles terminados, cuyas importaciones aparecen reguladas por un sistema ad hoc (KOSACOFF, 1993, p. 24).

Bertóglío et al (2004) sustentam que a abertura econômica serviria para controlar os preços internos com a entrada de produtos importados que trariam uma maior concorrência interna e, dessa forma, uma redução no preço dos produtos, também forçando que as indústrias nacionais se qualificassem melhor para poder concorrer com o mercado internacional.

Para Frenkel (2000), o processo de abertura econômica estava muito ligado ao Plano de Conversibilidade, mas essa abertura vinha de muitos anos, apenas estava sendo feita de maneira gradual. Na década de 90, percebe-se uma aceleração desse processo de abertura econômica, que estaria vinculado ao processo de estabilização da economia argentina.

Conforme Mera (2002), a abertura econômica trouxe um grave problema para os produtores argentinos, em especial para os pequenos e médios produtores, pois, uma vez que foram reduzidas as tarifas internas para a entrada de mercadorias importadas e mais baratas, os produtores internos, despreparados, acabaram perdendo seus mercados dentro do país. A autora acredita que o governo deveria ter feito algum programa que fortalecesse as condições de produção dos produtores internos para que eles pudessem se preparar e concorrer com os produtores externos que estavam entrando no país.

A abertura também facilitou uma maior entrada do capital externo:

Argentina se vuelve una de las naciones con menos trabas a la acción del capital externo; que llegaron de manera irrestricta e ilimitada, volcándose en su gran mayoría a las privatizaciones y a la compra de empresas y de bancos existentes; pero también una parte importante de los capitales foráneos se

volcaron a una elevada especulación financiera que era facilitada por el propio Estado (MERA, 2002, p.6).

O processo de abertura, aliado à entrada de capital estrangeiro e às privatizações, mostrou a retirada cada vez maior do estado da economia e também favoreceu que o mercado interno ficasse desprotegido e os proprietários argentinos perdessem lugar para os estrangeiros, como a autora vai dizer: “con intereses y lógicas desvinculadas del desarrollo nacional” (Mera, 2002, p. 6).

Raimundi (2000) complementa a idéia de Mera (2002), uma vez que, para ele, a abertura econômica foi feita de forma indiscriminada na década de 90 e isso proporcionou uma diminuição no número de empresas, gerando um aumento no índice de desemprego da Argentina. E isso tudo teria acontecido porque o país não adotou reformas setoriais e estruturais antes da abertura total da economia. A abertura acabou por deixar o país cada vez mais frágil frente à economia mundial, o que vai ser evidenciado com as crises que o país vai enfrentar no final da década de 90.

A breve análise sobre a abertura econômica na Argentina mostra que ela já vinha desde a década de 70 e que, na década de 90, teve um grande impulso de forma indiscriminada. Apesar de ter trazido uma maior competitividade e, assim, uma maior possibilidade de escolha para os consumidores internos, também proporcionou uma crise para as pequenas e médias indústrias, uma vez que não houve uma regulamentação anterior à abertura, uma preparação para que essas indústrias pudessem se inserir no mercado competitivo.

Essa crise na indústria trouxe conseqüências desastrosas para o mercado de trabalho, pois, com a falência de várias indústrias, muitos trabalhadores perderam seus empregos, aumentando assim o índice de desemprego bem como a pobreza do país.

### 3.1.2 Brasil

A abertura econômica teve uma ascensão na década de 90, pois até então, o país aplicava várias formas de proteção tanto tarifárias quanto não-tarifárias.

Gremaud et al (2002) situam o início da abertura comercial no ano de 1988, com o governo Sarney, que acabou extinguindo vários regimes especiais de importação,

bem como proporcionou uma redução na redundância tarifária e unificou a incidência dos impostos sobre importações e redução nas alíquotas. Com o Governo Collor, foram abolidas várias barreiras não-tarifárias.

No início de seu governo, Fernando Henrique Cardoso aprofundou o processo, já que teria grandes vantagens com a estabilização conseguida e também devido ao Mercosul, com o qual foi acertado uma diminuição tarifária. Mas houve alguns problemas para que esse processo de abertura econômica seguisse em frente, como a pressão sentida pelo governo por setores industriais, como o automobilístico, que sofreu com a abertura econômica, e também com distúrbios externos, como foi o caso da crise mexicana e, posteriormente, da asiática (GREMAUD et al, 2002).

Saludjian (2003) comenta que a liberalização comercial e financeira, aliada com uma âncora cambial nominal da taxa de câmbio com relação ao dólar, leva ao ingresso cada vez maior de capitais estrangeiros, o que significa uma apreciação da moeda local em relação ao dólar, e faz com que o valor unitário dos bens de equipamentos importados caia profundamente e a competitividade das exportações decresça. Sendo assim, uma das vantagens da apreciação da taxa de câmbio através dessa abertura é a diminuição na inflação.

Para o Brasil, a abertura econômica teve resposta similar ao que ocorreu na Argentina, uma vez que também trouxe uma crise para as indústrias, que estavam despreparadas para concorrer com o mercado internacional e, da mesma forma, provocou um aumento do desemprego.

Apesar de no início do Plano Real ter havido uma melhora nos índices de pobreza, o aumento do desemprego não deixou que esse índice fosse melhor, uma vez que, com desemprego elevado, não tem como sustentar índices baixos de pobreza por um longo período de tempo.

Como foi mencionado anteriormente, tanto o Plano de Conversibilidade como o Plano Real tiveram na abertura econômica um ponto estratégico. A partir da próxima seção, serão analisados esses dois planos e seus impactos nas economias da Argentina e do Brasil, respectivamente.

### 3.2 Plano de Conversibilidade

Após várias tentativas de combate à inflação, ocorreu, na década de 90, uma nova maneira de combatê-la, que começou na Argentina, no início da década, com o lançamento do Plano de Conversibilidade, no ano de 1991.

No ano de 1989, a Argentina alcançou uma hiperinflação que atingiu a casa dos 3080% (Anexo A). Além de uma estagnação econômica chegava antecipadamente ao fim o governo de Alfonsín e entrava o governo Carlos Saúl Menem, que faria de tudo para conseguir conter e controlar os altos índices inflacionários. Dessa forma, no ano de 1991, juntamente com seu Ministro da Economia, o governo argentino lança um novo plano de estabilização, diferente do que se havia tentando até então, e que viria a ser conhecido como Plano de Conversibilidade, tendo o peso como moeda. O Plano de Conversibilidade foi baseado na Lei de Conversibilidade, aprovada pelo Congresso do país em março de 1991.

A caracterização do Plano de Conversibilidade pode ser feita pela citação a seguir:

... pode-se inferir, que a principal meta do Plano de Conversibilidade, seria a de interromper as expectativas inflacionárias, dar estabilidade à economia e assim poder gerar um círculo virtuoso de crescimento, o que permitiria, em um segundo momento, introduzir normas cambiais e monetárias mais flexíveis, na busca do desenvolvimento a longo prazo (BERTÓGLIO et al, 2004, p. 418).

O Plano de Conversibilidade fixaria, por lei, o câmbio na paridade de um para um com o dólar. A partir daí, para haver qualquer tipo de modificação, teria que passar pelo Congresso, e a inércia inflacionária seria eliminada através da política de renda, com a proibição de indexar qualquer contrato. Também não seriam permitidos aumentos salariais a não ser quando relacionados a um aumento de produtividade (KOSACOFF, 1993).

Bertóglío et al (2004) inferem que existiram duas fases para o Plano de Conversibilidade: a primeira foi a partir de sua implantação até a Crise do México (fim de 1994), e a segunda foi após da crise mexicana.

Vindo de um período de hiperinflação, o governo argentino tinha por objetivo implantar um plano de estabilização que revertesse essa situação inflacionária e, por conseguinte, possibilitasse o desenvolvimento econômico da nação. Esses objetivos seriam conseguidos a partir da abertura econômica e da nova estrutura do país, através da adoção do Plano de Conversibilidade (BERTÓGLIO et al, 2004). Os autores também afirmam que, para viabilizar o plano, foi preciso adotar uma âncora cambial para poder reverter os altos índices inflacionários, em que o câmbio fixo serviria para recuperar a confiança dos agentes econômicos com relação ao sistema financeiro.

As medidas seguintes foram adotadas com o Plano de Conversibilidade:

- i) abertura comercial do país, com drástica redução de tributos aduaneiros;
- ii) privatização das inúmeras empresas estatais, muitas das quais de grande porte;
- iii) desregulamentação da economia;
- iv) flexibilização da presença de bancos estrangeiros no país;
- v) incentivo à previdência social privada. (AVERBUG, 2005, p.2)

Segundo Averbug (2005), o Plano de Conversibilidade trouxe grandes conquistas para a Argentina tais como queda considerável dos altos índices inflacionários que o país enfrentava até então, caindo de 2314%, em 1990 para 172%, em 1992, chegando próximo a zero em 1996 (Anexo A).

Bertóglío et al (2004) salientam que o Plano de Conversibilidade trouxe um maior fluxo de negócios para o comércio internacional, pois tanto as importações quanto as exportações aumentaram, embora as importações tenham aumentado em proporção maior, resultando em déficits na balança comercial por três anos consecutivos (1992, 1993 e 1994).

Esse grande aumento de importações se deveu à abertura econômica, pois com ela diminuíram as barreiras tarifárias, podendo os produtos estrangeiros entrar no mercado nacional, aumentando dessa forma o número de produtos importados.

O regime de câmbio fixo adotado durante muitos anos no Plano de Conversibilidade facilitou o processo de integração da Argentina com os mercados financeiros internacionais porque os agentes econômicos poderiam, dessa forma, reduzir os ataques especulativos, mas esse câmbio fixo trouxe graves problemas para o país e, dentre eles, o aumento da dívida pública (CINTRA E FARHI, 2002).



Os planos de estabilização vinham trazendo grandes progressos frente à inflação, tanto para a Argentina como para o Brasil, mas, devido à característica de liberalização destes países, uma crise do outro lado do mundo teria força suficiente para afetar a frágil economia destes países.

A Argentina já se encontrava em uma situação de total dependência do capital estrangeiro de curto prazo para poder manter a estabilidade econômica e o crescimento que vinha acontecendo, como afirmam Bertóglia et al (2004). Dessa forma, a Crise do México<sup>6</sup> acabou abalando a economia argentina, trazendo efeitos desastrosos em muitos aspectos.

Os autores destacam que a crise trouxe para a Argentina uma massiva saída de capitais externos, o que acabou por diminuir as reservas internas e não foi bom, pois o Plano de Conversibilidade tinha como característica a quantidade de divisas atrelada à base monetária.

Para a Argentina, a crise mexicana trouxe um aumento no desemprego, maior do que já se presenciava (de 11,5%, em 1994, para 17,5%, em 1995) (Anexo C). Conforme Delfini e Picchetti (2005), o aumento do desemprego teria vindo como consequência do “efeito tequila”, pois o mesmo trouxe para a Argentina a fuga de capitais e o financiamento da economia, que geraram alguns ajustes nas empresas, trazendo o desemprego e uma maior flexibilização das leis trabalhistas.

A moeda argentina só não foi desvalorizada devido ao câmbio fixo adotado, mas, para isso ocorrer, as reservas do Banco Central foram cada vez mais diminuindo para poder manter a moeda valorizada em um câmbio fixo (Reyes, 1998). O autor também argumenta que, com a crise, a taxa de juros foi elevada e acabou acarretando uma queda no consumo de determinados produtos, que só foi recuperado após a crise, com a queda na taxa de juros.

A crise trouxe para o país, além do aumento do desemprego e da elevação na taxa de juros, uma redução no crescimento, uma vez que a economia vinha crescendo desde a implementação do Plano de Conversibilidade, e, com a crise, esse crescimento

---

<sup>6</sup> A Crise Mexicana ocorreu no final de 1994 após desvalorização da moeda, e um dos motivos foi a excessiva dependência do financiamento externo. Essa crise afetou mais os mercados da América Latina, pois o mercado mundial não foi tão afetado por ela. A grande consequência foi fuga de divisas em massa, o que gerou uma desconfiança em todos os mercados dos países não-desenvolvidos, que ficou conhecido como “efeito tequila”.

foi interrompido, de acordo com Tansini e Zejan (1998) houve uma redução de 4,6% no PIB.

Recuperando-se do “baque” que a crise trouxera ao país, um novo colapso econômico assobu o país e, dessa vez, não somente a Argentina, mas o mundo, a crise asiática.<sup>7</sup> Para a Argentina, essa crise teve conseqüências similares às vividas durante a crise mexicana.

Devido a todas essas crises enfrentadas pelo país, ele entra em um sério declínio. Como relata Gambina (2003), a crise argentina vinha se arrastando desde meados da década de 90, mais precisamente a partir de 97/98. Até houve um processo de resistência, mas não se conseguiu resolver a crise, que atingiu seu cume em dezembro de 2001, com uma grande depressão.

O país, além de viver uma crise econômica, também passou a viver uma crise de ordem social, como menciona Gambina (2003), já que parte da sociedade queria continuar com a dolarização e outra parte queria uma desvalorização, ou seja, abandonar o câmbio fixo.

O PIB teve uma queda de 28% desde seu último pico em 1998 até 2002. Neste mesmo período, a moeda argentina foi desvalorizada e depreciada em aproximadamente 4 pesos por dólar. Já a inflação vivenciou um aumento exorbitante, no que antes se chegava a percentuais negativos (deflação). Quanto ao desemprego, houve um aumento gritante, chegando a 19,7% em 2002 (Anexo C). A proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza chegou a 57,5% em 2001, o que acabou proporcionando uma queda de 23,7% nos salários, em 2002 também (Perotti, 2003).

Segundo Perotti (2003), as políticas econômicas adotadas para reverter os problemas vivenciados pelo país ao longo das crises da década de 90 e em 2000, foram totalmente trágicas sem, assim, um retorno positivo à economia.

Segundo Zeballos (2003), em 2001, Cavallo tomou algumas medidas para poder melhorar a situação do país, as quais ficaram conhecidas como “Corralito”. Tais medidas incluíam:

---

<sup>7</sup> A crise asiática ocorreu em 1997, através de um processo de fuga de capital e deflação de ativos financeiros dentro das economias dos chamados “Tigrinhos Asiáticos” (Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas) e, mais tarde, para os “Tigres” Coréia do Sul e Hong Kong. A partir de então, a crise tornou-se global.

- proibição dos bancos de dar empréstimos em pesos e operar no mercado de depósitos futuros;
- as taxas para depósitos em pesos tornaram-se inferiores às dos depósitos em dólares;
- proibição da cobrança de comissão pela conversão do dólar em peso;
- empréstimos superiores a mil dólares estadunidenses não poderiam ser retirados em dinheiro;
- proibição da retirada de dinheiro acima de 250 dólares semanais;
- proibição da transferência ao exterior, com exceção das operações de comércio internacional ou de as obrigações providas de decretos.

No fim de 2001, o governo acabou estendendo a crise ao setor privado. As dificuldades eram tantas que alcançaram a política, fazendo com que o presidente De la Rúa e o ministro Cavallo renunciassem. Com a posse de Eduardo Duhalde, houve a tentativa de reverter a situação, pois ele não concordava com as políticas adotadas anteriormente e fez várias modificações, mas não foi o suficiente, porque a situação do país ainda era caótica.

De acordo com Zeballos (2003), para se resolver o problema, o governo argentino tentou acordos com o FMI, até que, em 2003, fez-se o seguinte acordo:

- a Argentina se comprometeu a pagar ao FMI, em janeiro, 998 milhões de dólares um dia antes do vencimento, mesmo que esta importância fosse reembolsada mediante um acordo de refinanciamento;
- o acordo incluiu a reprogramação dos vencimentos seguintes até dia 21 de agosto: 6600 milhões com o fundo, 4400 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD);
- o refinanciamento incluiria também os 5112 milhões que o FMI refinanciara em 2002;

Uma parte dos vencimentos do FMI foi reprogramado para 3 a 5 anos e o resto, no mínimo em um ano.

Pode-se dizer que a crise que se instaurou no país no início do século se deveu ao Plano de Conversibilidade aliado a algumas medidas:

El problema fue entonces la pésima combinación de políticas económicas. Una ley de convertibilidad cambiaria en medio de una apertura sin control, con una expansión del gasto público tanto del gobierno central como de las provincias, sobre todo en los períodos de reelección presidencial, y un sistema bancario sin regulación y supervisión crearon las condiciones propicias para la crisis actual (CRUZ 2002, p. 211).

Conforme Cruz (2002), o resultado positivo do Plano de Conversibilidade para a Argentina foi a drástica queda da inflação, o que ele trata como “deflación peligrosa” (Cruz, 2002, p. 211), pois esse resultado trouxe aspectos negativos para a nação, que seriam o grande déficit que a nação passou a apresentar, o número elevadíssimo de desempregados.

Com relação aos níveis de pobreza e emprego, pode-se perceber consideráveis alterações, mas não de forma agradável como a vista no controle inflacionário e no crescimento econômico. O autor vai destacar que, entre os anos de 1991 e 1995, houve um aumento do desemprego, de 6,5 % para 18,6%, caindo para 13,7% em 1997, mas os motivos para esses alarmantes índices de desemprego são:

- i) incremento de produtividade nos setores industrial e de serviços, sendo que, nesse último, fruto das privatizações;
- ii) fechamento de empresas que não resistiram à competição com bens importados, dada a sobrevalorização cambial;
- iii) redução de pessoal nos quadros públicos (AVERBUG, 2005, p.5-6).

Por estas características, pode-se ver o quanto foi danoso o processo de privatização para a questão do emprego no país, uma vez que muitas pessoas o perderam devido às privatizações.

Kallens (2005) concorda com Averbug (2005) com relação ao desemprego. Para o autor, esse fator foi um dos mais graves aspectos negativos do plano, além da sobrevalorização da moeda, que ajudou a aumentar o déficit comercial. Esse aumento do desemprego favoreceu a instalação de problemas sociais graves como o aumento de roubos, a violência, dentre outros, o que deixou as pessoas cada vez mais inseguras e temerosas, dificultando o desenvolvimento do país.

A nova política de estabilização, aliada à abertura econômica adotada no país, acabou por possibilitar um aumento do desemprego. A diminuição da inflação e o crescimento teriam proporcionado um custo alto, o aumento do desemprego (BILDER; DÍAZ, 2001).

Kozulj (2001) leva em consideração outro aspecto quando se fala em aumento do desemprego como consequência do Plano de Conversibilidade, pois, conforme esse autor, ao contrário do que vinha ocorrendo na década de 80, de 1991 a 1995, passou a haver, além de uma não-criação de postos de trabalho no setor industrial, uma destruição de postos de trabalho.

O autor ainda afirma que outro setor que empregava muitas pessoas seria o público que, devido às privatizações, teve uma queda no número de empregos. Nem mesmo a criação de postos de emprego na área de serviços conseguiu suprir as necessidades e perdas ocorridas com essa baixa no número de empregos no setor público. Ou seja, nesta situação, tem-se uma extinção de alguns postos de trabalho e uma criação insuficiente de empregos, extingue-se mais do que se cria.

Em outra linha de raciocínio, pode ser citado Rabazzi (2006), o qual afirma que o Plano de Conversibilidade não conseguiu resolver a questão desemprego, além de ter proporcionado seu aumento e ter aumentado o número de empregos informais. O autor também afirma o que foi mencionado por Kozulj (2001), que, além de haver esse aumento do desemprego, houve também uma redução no número de postos de trabalho.

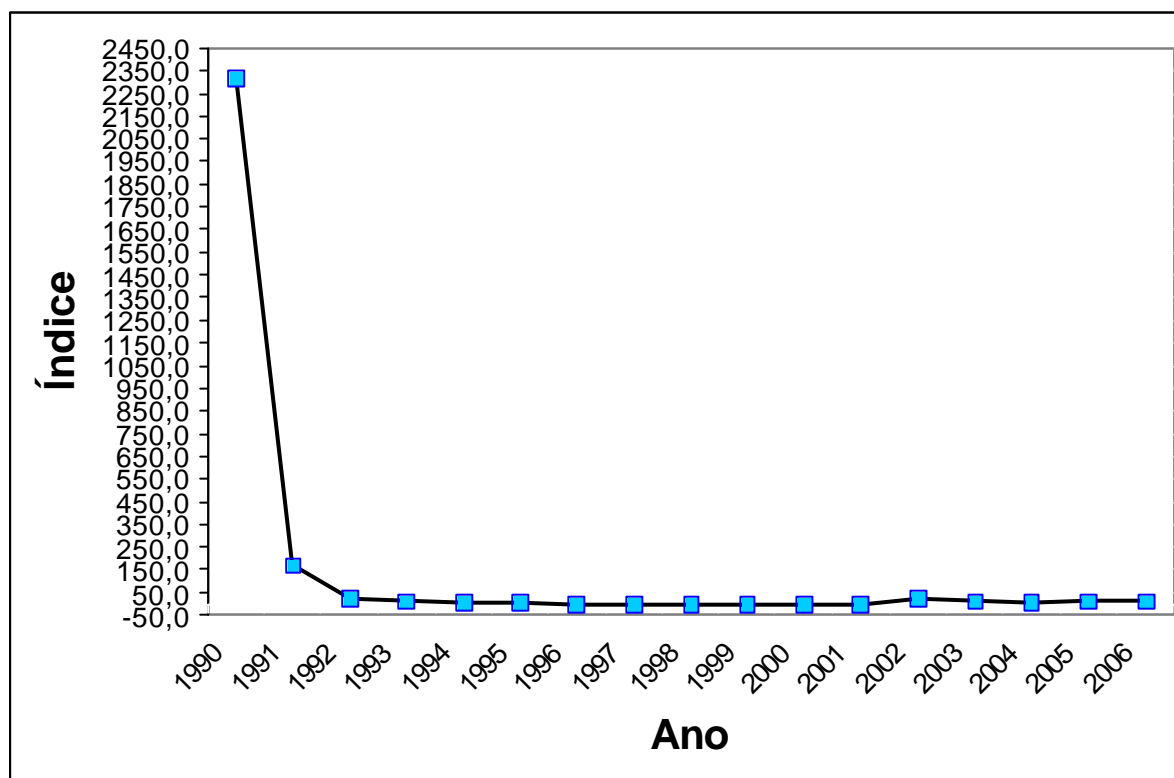
Pierbattisti (2006) explica a situação referente ao aumento do desemprego baseado no efeito que a abertura econômica e a conversibilidade trouxeram para o país, ou seja, segundo esse autor, a abertura econômica e a sobrevalorização da moeda (conseguida após o Plano de Conversibilidade) facilitaram um aumento nas importações por bens intermediários provindos de outros países, com mão-de-obra mais qualificada, reduzindo o emprego dos trabalhadores locais.

Os níveis de pobreza acompanharam os níveis de desemprego, houve uma elevação nos índices de pobreza da Argentina, grande parte devido ao elevado índice de desemprego que acometeu o país. Em 1993, tinha-se 16,9% da população abaixo da linha de pobreza, já no ano de 2002, esse valor chegou à quase metade da população, ou seja, 41,5% (Averbug, 2005).

Apesar de ter havido uma estabilização financeira no país, viu-se que ocorreu um custo social, a partir de uma abertura econômica com aumento de importações, trazendo aumento de desemprego e problemas nos índices de pobreza. A seguir,

mostra-se a evolução nos índices de inflação e os motivos pelos quais os índices aumentaram ou diminuíram.

**Gráfico 7 – Inflação da Argentina do Período 1990-2006 (percentuais anuais)**



Fonte: Elaboração da autora baseada nos dados do Anexo A

A inflação, na década de 90, teve uma queda impressionante, pois o país saiu de uma hiperinflação registrada, em 1989/90, na casa dos 3080%/2314% (Anexo A) para índices baixíssimos, como em 1992, quando alcançou 25% (Anexo A). Isso tudo devido às medidas adotadas pelo Plano de Conversibilidade. Com o novo plano de estabilização, aliado à abertura econômica, esses índices, que até então eram altos, puderam ser reduzidos consideravelmente.

Mesmo com as crises que o país enfrentou do meio para o fim da década, a taxa de inflação continuou baixa, pois o câmbio continuava sendo fixo, mas isso com altos custos sociais, como foi o caso do aumento do desemprego e dos níveis de pobreza.

No novo milênio a situação do país quanto à inflação modificou, pois o país sentia os efeitos das crises vivenciadas na década passada, com aumento dos índices inflacionários.

De uma deflação, no ano 2000, passou-se a uma inflação próxima a 26% em 2002 (Anexo A). O país começou a se recuperar, mas ainda assim com grandes dificuldades até o momento.

### **3.3 Plano Real**

No governo Fernando Henrique Cardoso, foi consolidado o Plano Real, que conduziu o País a um controle da inflação, estabilizando os preços na economia.

De acordo com Gremaud et al (2002), o novo plano não cometeria os erros dos anteriores, não seria adotado de surpresa, mas, sim, gradualmente. Não iriam recorrer a congelamentos, mas a uma “substituição natural” da moeda e haveria uma preocupação com a correção dos desequilíbrios. Quem liderou a equipe econômica que formulou o plano foi o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que viria a ser o próximo presidente.

Segundo Fligenspan (1998), o Plano passou por três etapas:

1ª: Impedir a deterioração das contas públicas, com o estancamento abrupto da inflação, através do Fundo Social de Emergência que visava conter 20% dos gastos e aumentar as receitas usando os impostos.

2ª: Criação da Unidade Real de Valor (URV), a moeda indexada que teria seu valor vinculado ao dólar, ou seja, ela era ajustada diariamente conforme a cotação do dólar.

3ª: Transformação da URV em Real e atrelando este ao dólar na proporção R\$ 1,00 = U\$ 1,00, isto é, haveria uma taxa de câmbio fixa que acompanharia a variação do dólar.

A URV foi instituída pela Medida Provisória 434 ratificada pela Lei 8880 de 27/05/1994. Esta legislação propunha que a URV conviveria algum tempo coma moeda em curso, o cruzeiro real. Após, esta moeda seria substituída pelo real, o que ocorreu em 1º/07/1994. Conforme Ramos (2004), a URV também serviu como uma espécie de

teste do governo para a população acostumar-se com a estabilidade que a nova moeda propunha.

No campo dos salários, a princípio seriam convertidos em URV apenas os salários dos funcionários públicos, mas acabou estendendo-se a todos os trabalhadores, e o ajuste seria feito pelo valor do dia 1º de março do ano de 1994 (RAMOS, 2004).

Até então, os planos de estabilização tentados no país estavam mais ligados ao controle de preços. O Plano Real não procurou esse tipo de controle, mas, sim, atrelou-se ao câmbio, ao salário e às contas públicas, acreditando serem essas as principais variáveis para o controle inflacionário (RAMOS, 2004).

Ferrari Filho (2001) coloca que, com a última etapa do novo plano, a reforma monetária (adoção do real), passou-se a conviver com duas âncoras, a cambial e a monetária, sendo que a primeira teria o intuito de reduzir os preços internos bem como estabilizá-los, e a segunda serviria para conter a economia no curto prazo, para não haver um excesso de demanda. Ou seja, a âncora monetária ajudaria a não ocorrer o mesmo que houve com o Plano Cruzado, o excesso de demanda, e a cambial para que permitisse a entrada de produtos importados, que suplementasse a oferta interna e, com isso, não houvesse um aumento sucessivo dos preços internos.

Para Novy e Fernandes (1998), o Plano Real mudou o cenário da economia nacional com relação à inflação, tendo seus índices anuais caído de 1.477% em 1990 para 14,8% em 1995 e 9,3% em 1996 (Anexo D).

A inflação no Plano Real ficou sob maior controle até 1999, quando o câmbio passou de fixo para flutuante, mas esse aumento não foi de grande proporção, tendo ficado abaixo das altas taxas que, por muito tempo, fizeram parte da economia do país (BRESSER PEREIRA, 2003).

Assim, como ocorreu na Argentina, as crises da década de 90 trouxeram também conseqüências para a economia brasileira, que passa a se uma economia aberta e sujeita aos percalços da globalização financeira.

Com a crise mexicana do final de 1994, o país teve que optar por mexer na sua política cambial, uma vez que houve uma redução nos investimentos de risco, causando uma diminuição nas reservas internacionais. Dessa forma, foi instituído um



sistema de bandas cambiais deslizantes (FERRARI FILHO, 2001). Segundo esse autor, a melhor alternativa teria sido a desvalorização cambial, mas havia muito receio em se desatrelar da âncora monetária como forma de estabilização. Para recuperar as reservas internacionais que vinham saindo do país, aumentou-se a taxa de juros e conseguiu-se um resultado positivo, pois houve uma recuperação das reservas internacionais de 1994 para 1995.

Alguns anos depois da crise mexicana, o país sofreu com outra crise, essa mais grave que a anterior, como já foi mencionado anteriormente, a crise asiática, que não foi apenas uma crise regional, mas afetou o mundo.

A crise asiática teve repercussões também na questão da distribuição de renda e do desemprego. O país já não possuía uma distribuição igualitária, e com a crise houve uma piora nesse quesito. Conforme Ramos (2005), a crise proporcionou uma agravação na distribuição de renda, deixando ela menos igualitária, e o desemprego também teve um aumento devido à crise que o país estava enfrentando.

Nesse período também houve uma elevação na taxa de juros com o mesmo propósito e os mesmos resultados anteriores vistos com a crise mexicana e seu “efeito tequila” (Ferrari Filho, 2000). Mas, ao contrário do que ocorreu durante a crise mexicana, a crise asiática de 1997 proporcionou um ataque especulativo à moeda nacional, expondo o quão vulnerável a economia nacional é externamente, trazendo como consequência a diminuição do ingresso de capitais de curto prazo e das reservas internacionais (Ferrari Filho, 2000).

Ramos (2005) ainda vai destacar que a crise asiática proporcionou um crescimento ínfimo para a economia, pois no ano de 1998, o crescimento teria atingido apenas 0,13%.

De acordo com Ferrari Filho (2001), em 1998 aconteceu outro ataque especulativo, agora com a crise russa,<sup>8</sup> tendo o país adotado as mesmas medidas das crises anteriores, ou seja, aumentar a taxa de juros, mas o resultado aqui não foi o equivalente, pois não se conseguiu um estímulo à entrada de capital externo e, para

---

<sup>8</sup> Iniciada em 1998, teve sua origem devido à crise asiática de 1997, provocando uma fuga de capitais. O governo russo se viu sem condições de pagar as dívidas externa e interna, bem como falta de recursos para pagar salários de funcionários públicos. Dessa forma, por causa de quedas nas bolsas e fuga de capitais, os bancos entraram em crise. Assim, houve a desvalorização do rublo e moratória parcial da dívida externa.

manter a estabilidade, houve uma redução drástica das reservas cambiais e foi pedido auxílio ao FMI. Devido à vulnerabilidade que a economia passou a enfrentar em 1999, o governo resolveu desvalorizar o câmbio e adotar o regime flutuante, não mais fixo como no início, nem mais por bandas cambiais, como estava ocorrendo.

Em 1999, foi criado o Programa de Metas Inflacionárias, e foi passado para o Banco Central o controle das expectativas inflacionárias vindas dos agentes econômicos, através da criação das metas inflacionárias, que colocam um limite de até quanto à inflação poderia alcançar. Até 2000, a inflação foi contida nessas metas, mas em 2001 a inflação atingiu índices superiores aos esperados. Esse aumento se deveu aos problemas cambiais vividos pelo país em 2002, o que levaria a inflação a crescer (Silber, 2002).

Assim como para a Argentina, o plano de estabilização brasileiro trouxe fatores negativos após sua aplicação, como é o caso do aumento dos índices de desemprego e de pobreza.

Vale lembrar que o Plano Real visava apenas à estabilização de preços e como tal teve resultados positivos, porque se acreditava que as questões sociais melhorariam com a estabilização. Dessa forma, o país passou por algumas dificuldades nessa área.

Nesses moldes, Jannuzzi e Mattos (2001) mostram que o desemprego, na década de 90, foi superior ao encontrado na década de 80. Com a abertura econômica iniciada no Governo Collor, a indústria teve uma queda em sua produção devido ao aumento das importações e com a crise do Plano Collor aumentou o desemprego. Segundo os autores, o desemprego referente à indústria chegou a triplicar de 1990 a 1997.

Furtado (1997) também concorda que o início da década de 90 foi marcado pelo crescimento do desemprego e isso se deveu à política adotada pelo governo Collor, que, através de seus planos, proporcionou uma recessão na economia.

Segundo Silva et al (1998), no início do Plano Real, houve uma queda na taxa de desemprego, mas a partir de 1995, esse índice subiu por vários fatores, tanto por questões externas, como a crise do México, como pela própria economia brasileira, com a elevação dos déficits nas contas do setor público e nas contas externas, que levou a um crescimento insuficiente em termos de melhorar essa taxa elevada de desemprego.

O desemprego no governo de Fernando Henrique Cardoso chegou a grandes contingências. Como salienta Souza (2003), houve uma duplicação na taxa de desemprego do país. O que era 3,1% em 1986-1989 chegou a 7,1% de 1998-2002. Também houve uma saída de mão-de-obra do país. Na década de 90, foram “exportados” cerca de 1,2 milhão de trabalhadores (Pochmann, 1999).

Pode-se inferir que o Plano Real ajudou na estabilização da economia, até porque era sua grande finalidade, a estabilização – mas ocorreu uma grande recessão, não resolvendo os problemas sociais existentes no país, pelo contrário, houve um agravamento. Ou seja, durante o período do Plano Real, não houve nenhuma melhora significativa na situação do emprego no País.

Para Gremaud et al (2002), em 1995, o plano proporcionou uma elevação no desemprego, as taxas de juros foram aumentadas ainda mais com o objetivo de conter a demanda e, por conseguinte, ampliar a entrada do capital externo para fins de sustentar um nível elevado de reservas, mas essas medidas acabaram gerando uma drástica queda na produção industrial, o que agravou o desemprego.

Com relação às privatizações, também se pode mencionar o que Matos (2002) estudou a respeito. Antes de o Plano Real entrar em vigor, algumas providências foram tomadas. Ela cita o ajuste fiscal e as privatizações, acompanhados do processo de abertura comercial e da globalização.

Estas medidas foram de grande ajuda para a contenção da inflação posteriormente, mas não se pôde deter o crescimento do desemprego, devido às elevadíssimas taxas de juros, que fizeram parte do Plano Real, e dos problemas com relação ao câmbio, que a princípio era fixo.

Além dessas causas citadas anteriormente, o Plano Real trouxe outro problema, o aumento do emprego informal. Soares (2001) explica que o Plano Real facilitou a incidência do emprego informal, ou seja, muitas pessoas, por não disporem mais de emprego passaram a trabalhar no setor informal como forma de garantir renda a suas famílias. Assim, cada vez mais aumentava o número de trabalhadores que estavam entrando no mercado de trabalho de forma informal, devido às poucas oportunidades de emprego criadas.

Com relação à questão pobreza, Gomes e Neder (2000) afirmam que, em 1995, houve uma diminuição no grau de pobreza devido ao Plano Real. Na verdade, a diminuição do grau de pobreza foi uma consequência do Plano Real e jamais se pode dizer que foi uma forma de combater a pobreza, mas, em anos posteriores, o grau de pobreza aumentou e estabilizou-se devido à recessão que o país enfrentou, que causou uma queda no PIB e uma elevação nas taxas de inflação.

Para Rocha (1996), houve uma diminuição na pobreza no início da implantação do Real, devido à elevação da renda dos pobres próximos à linha de pobreza, mas também houve uma redução na renda dos pobres que estavam mais abaixo da linha de pobreza.

Neri et al (1999) ressaltam o que foi afirmado anteriormente por Rocha, de que é percebida uma diminuição da população de pobres em 1995 e em 1997 essa diminuição desaparece, havendo um súbito aumento, devido à crise que o país enfrentou provinda da Ásia.

Para Mollo e Saad (2001), o Plano Real conseguiu, em um primeiro momento, afetar negativamente a proporção da população que tinha à disposição mais recursos financeiros e de quebra possibilitou o aumento da importação de bens de consumo, tornando os preços mais baixos, ou seja, melhorando as condições dos mais pobres, mas, após um tempo, a pobreza voltou a aparecer no País.

Reis (2000) também salienta que houve uma mudança quanto à participação dos pobres na renda. Em 1986/87, os 10% mais pobres mantinham 1,12% da renda, já em 1995/96, essa participação caiu, ficou em 0,98%. O contrário ocorreu com a parcela mais rica da população: em 1987/88, eles detinham 41,91% da renda e, em 1995/96, a participação dos mais ricos aumentou para 42,36%.

Já Neri (1997) constata que houve uma queda no grau de pobreza de 1,1% em setembro de 1994. Ele atribuiu essa queda ao aumento do salário mínimo, que foi de 9,4%, com uma taxa mensal de inflação na casa dos 2,11%. A segunda queda vista, de 3,1%, seria em maio de 1995, quando também existe uma elevação no salário mínimo (43%, com uma taxa de inflação de 2,14%).

O autor considera que a queda de 40% no grau de pobreza observada após a implantação do Plano Real resultou do aumento salarial promovido pelo governo em 95.

Mas também há autores que discordam dessa melhora na pobreza provinda do Plano Real. Segundo Soares (2001), a linha de pobreza se amplia na década de 90. Após o Plano Real, a renda média do trabalhador diminuiu, ou seja, quem era mais pobre ficou ainda mais pobre. Conforme a autora, além do elevado índice de desemprego ocorrido no pós-Plano Real, a renda dos que ainda continuaram trabalhando ficou cada vez mais baixa.

Reis (2000) compara o Plano Real e o Plano Cruzado, mostrando que o índice de Gini<sup>9</sup> aumentou no período do Plano Real, se comparado com o ano de 1987. Neste ano, o índice chegou a 0,560 e, no ano de 1996, subiu para 0,572, ou seja, houve um aumento na desigualdade de renda.

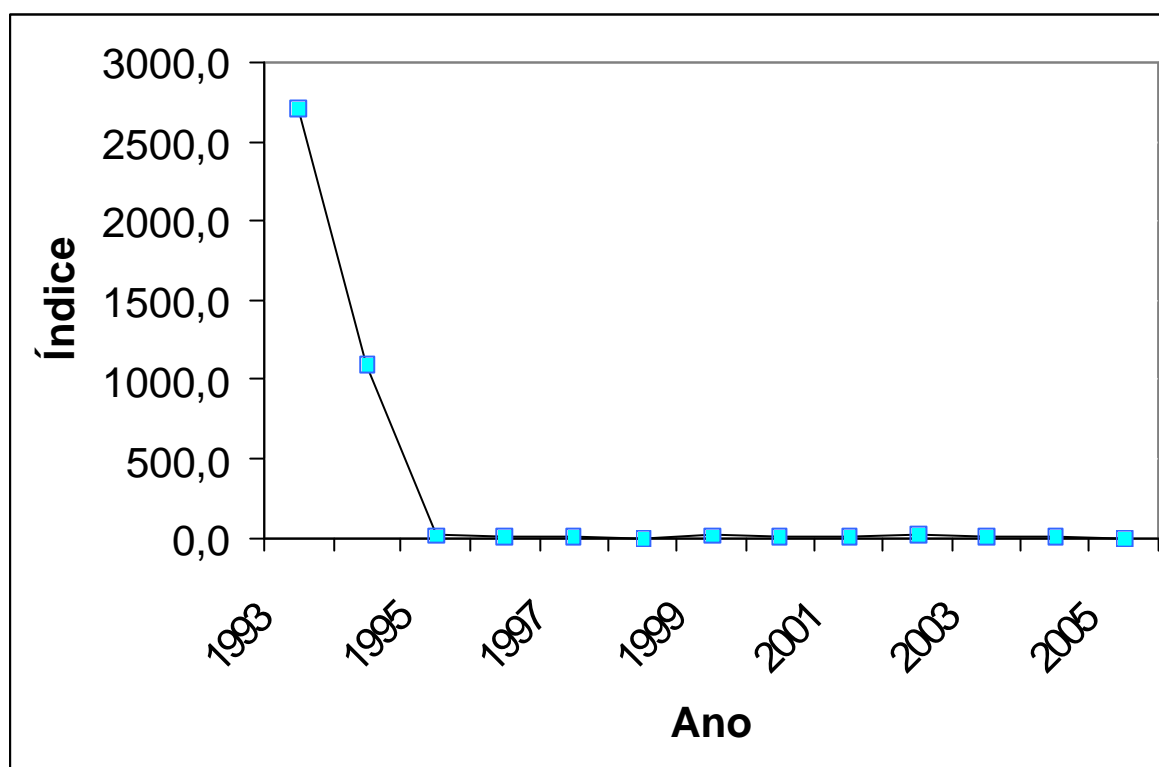
O que se pode inferir com relação aos autores é que a inflação, no período do Plano Real, realmente teve uma queda abrupta, mas não se pode dizer o mesmo do desemprego, pois, como a maioria dos autores cita, o desemprego teve uma elevação considerável devido a vários fatores, como a queda na produção industrial e à elevação na taxa de juros, o que vem a comprovar a Teoria de Phillips, que trata do *trade-off* inflação-desemprego.

Da mesma forma ocorrida na Argentina, o Brasil também teve uma melhora nos seus índices inflacionários, e as conseqüências para tal melhora foram as mesmas, ou seja, o custo social apresentado. A seguir, se fará uma análise dos índices inflacionários para o país.

---

<sup>9</sup> Esse índice mede o grau de concentração de renda. Varia num intervalo de 0 a 1, e quanto mais próximo estiver do 0, menor é a desigualdade de renda e, quanto mais próximo estiver do 1, maior será a desigualdade.

**Gráfico 8 – Inflação do Brasil no Período 1993-2005 (percentuais anuais)**



Fonte: Elaboração da autora baseada nos dados do Anexo D

Após o sucesso inicial do Plano de Conversibilidade argentino, o Brasil adotou em, 1993/1994, um plano semelhante e com resultados muito semelhantes, o Plano Real.

Tem-se, em um primeiro momento, uma redução significativa da inflação. Como se observa no Gráfico 8, em 1993 tinha-se uma inflação de 2700%, passando para 15%, em 1995 (Anexo D). No Brasil, a crise mexicana não provocou aumento inflacionário devido às medidas tomadas pelo país, mas teve como consequência a piora na distribuição de renda e aumento do desemprego.

O país vai sofrer um aumento inflacionário apenas em 1999, chegando a 20% (Anexo D), mas isso porque o governo segurou por muito tempo o câmbio fixo, mesmo após as crises do México, da Ásia e da Rússia. A crise russa deu mais trabalho ao país, uma vez que o governo não conseguiu reverter a situação utilizando as mesmas

medidas das outras crises, até porque já não possuía a mesma quantia de reservas de épocas anteriores para poder manter o sistema de bandas cambiais deslizantes. Mesmo assim, o governo decidiu continuar com o câmbio fixo e pedir ajuda ao FMI até perceber que não havia mais nenhuma outra solução que não a flexibilização do câmbio.

## CONCLUSÃO

O trabalho apresentou vários indícios de que, por muito tempo a Argentina e o Brasil tentaram buscar uma estabilidade econômica através de várias formas e idéias, mas com soluções temporárias.

Essas tentativas acabaram deixando ambos os países em situações cada vez mais frágeis, como o que ocorreu na década de 80, quando, depois das inúmeras tentativas de combate à inflação através da implantação dos sucessivos planos de estabilização que adotaram, ocorreu a histórica hiperinflação no final da década de 80, que afetou esses dois países.

Dentre essas várias tentativas mencionadas pode-se citar o Plano Austral, na década de 80, que, em um primeiro momento, conseguiu reduzir os altos índices que vinham acometendo a economia daquele país, mas não durou por muito tempo, pois logo a inflação voltou a crescer. As tentativas continuaram, e outros planos foram aplicados, mas sem resultados positivos, pelo contrário, em 1989, a Argentina atingiu uma hiperinflação desastrosa que levou à renúncia do presidente seis meses antes do término de seu mandato.

Para o Brasil pode-se citar o Plano Cruzado, cujo efeito igualmente não foi duradouro. Embora tenha diminuído a inflação, esta voltou algum tempo depois, devido a uma série de equívocos praticados na condução do plano como longo período de congelamento de preços e políticas monetárias e fiscais frouxas.

Já para a década de 90 conseguiu-se chegar à tão sonhada estabilização dos preços com a adoção do Plano de Conversibilidade, na Argentina e, do Plano Real, no Brasil, aliados a outros fatores como foi o caso da abertura econômica. Com a estabilização não havia mais a preocupação com a inflação, mas outros fatores ainda pesavam e pesam na estrutura econômico-social de Argentina e Brasil. A abertura econômica trouxe um aumento do desemprego por ter sido indiscriminada, sem que as



indústrias se preparassem para enfrentar o mercado internacional, que possui uma infra-estrutura melhor como uma tecnologia mais desenvolvida, além de custos mais baixos para produção. Sendo assim, havendo uma redução tarifária, as indústrias que se beneficiaram em um primeiro momento das tarifas, podem sofrer efeitos negativos, pois essa diminuição tarifária deixa o país competindo com mercados externos muitas vezes mais preparados e com produtos mais baratos. Se a indústria local não estiver preparada para uma competição externa, ela irá desaparecer, e assim, haverá um aumento do desemprego.

Então se chega a um obstáculo, o que seria melhor, mercadorias mais baratas, que proporcionariam o alcance a um número maior de pessoas, ou mercadorias um pouco mais caras, mas que manteriam um número menor de desempregados?

A resposta não é fácil de ser dada, pois, por um lado, algumas pessoas iriam dizer que a estabilidade é o que importa, que a abertura econômica é fundamental para desenvolver o país e assim fazê-lo crescer, obrigando as indústrias locais a se modernizar.

Mas, por outro lado, há a questão social, pois de que adianta abrir a economia e estabilizá-la se, com essa atitude, passa a haver um número maior de diferenças sociais proporcionada, por exemplo, por um aumento do desemprego.

Claro que uma economia fechada não é a solução, mas uma abertura econômica tem que ser feita não de forma abrupta, mas de forma cuidadosa que permita a preparação destas indústrias até mesmo para exportação.

Não parece que foi o ocorrido na Argentina e no Brasil, porque ao que parece, houve uma abertura indiscriminada que proporcionou uma estabilização de preços, mas deixou ambos os países frágeis à economia mundial, questão essa comprovada pela situação porque os países passaram com as crises ocorridas (mexicana, asiática e russa).

Sempre se deve levar em consideração todos os aspectos de uma política. A estabilização existe, embora se tenha tido vários percalços pelo caminho. Cabe agora procurar políticas sociais que minimizem com os problemas causados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIMIR, O.; BECCARIA, L.; ROZADA, M. G. La distribución del ingreso en Argentina, 1974-2000. In: **Revista de la CEPAL**, n.78, dezembro 2002, p.55-85.

ARBEX, M. A. Credibilidade das Políticas Econômicas no Brasil: uma Análise Empírica do Período 1991-1997 In: **Núcleo de Pesquisas Econômicas (NUPE)**, Texto para Discussão n° 04. Juiz de Fora: agosto de 1997, p. 1-32.

AVERBUG, M. **Argentina - O plano de conversibilidade (1991-2001)**. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/maverbug\\_arg\\_conversibilidade.pdf?PHPSESSID=f567bc3839a29fa70456fef4664720d9#search=%22%20%22plano%20austral%22%22](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/maverbug_arg_conversibilidade.pdf?PHPSESSID=f567bc3839a29fa70456fef4664720d9#search=%22%20%22plano%20austral%22%22)>. Acesso em: 30/07/2007.

BAER, W. Dos ajustes aos choques externos à crise provocada pela dívida: 1973-85. In: \_\_\_\_\_. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996. cap. 6, 7, 8 p.104-190.

BAHRY, T. R.; PORCILE, G. Os ciclos de endividamento da economia brasileira no período 1968-1999. In: **Revista de economia contemporânea**, IE UFRJ, v. 8, n. 1, 2004, p. 05-32

BERTÓGLIO, O.; VELOSO, G. O.; FREITAS, C. A. de. Uma avaliação do Plano de Conversibilidade e o desempenho da economia argentina (1991-2000). **Análise**, v. 15 n. 12. Porto Alegre: 2004, p. 409-433

BILDER, E.; DÍAZ, N. Diez años de convertibilidad y desempleo. In: **Congreso Nacional de Estudios del Trabajo**, 5., Buenos Aires: 2001.

BLANCO, A. F. Inflación: una mirada al pasa do pasado. In: **Temas Econômicos**, n. 150, Rio Cuarto: agosto 2005.

BRECCIAROLI, A. C. **Deuda Externa**. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos28/deuda-externa/deuda-externa.shtml#argentina>>. Acesso em: 12/12/2006.

BRESSER PEREIRA, L. C. A lógica perversa da estagnação: dívida, déficit e inflação no Brasil. In: **Revista brasileira de economia**, 45 (2), Rio de Janeiro: abril 1991. p. 187-211.

CASABÉ, H. D. **Lecciones de la crisis financiera argentina. El fin del sistema de convertibilidad monetario**. Disponível em: <[http://www.icgfm.org/downloads/miami\\_spring/12Casabe.pdf](http://www.icgfm.org/downloads/miami_spring/12Casabe.pdf)>. Acesso em: 28/04/2006.

CEPALSTAT. **Dados da variável desemprego para a Argentina (1980/2006)**. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idAplicacion=1>>. Acesso em: janeiro de 2007.

CINTRA, M. A. M.; FARHI, M. Contradicciones y límites del Plan de Convertibilidad. In: **Revista Nueva Sociedad**, n. 179, Caracas: maio/junho 2002, p. 89-111.

CROSTA, F. **La medición de la pobreza en la argentina – revisión metodológica y estimaciones**. Disponível em: <[http://www.aiep.org.ar/espa/anales/pdf\\_01/crosta.pdf](http://www.aiep.org.ar/espa/anales/pdf_01/crosta.pdf)>. Acesso em: 20/01/2007.

CRUZ, L. A. B. Caracterización de la crisis argentina. In: **Revista de Economía Institucional**, n.7, v.4, Colômbia: 2002.

DRAIBE, S. M. O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. In: **NEPP**, Caderno de Pesquisa n° 32. São Paulo: 1998, p. 1-29.

DEL CORRO, F. **Rodrigazo-aniversario: a 30 años del plan que fue anuncio del "proceso"**. Disponível em: <<http://www.rebanadasderealidad.com.ar/fernando-05-14.htm>>. Acesso em: 15/12/2006.

DELFINI, M. F., PICCHETTI, V. Desigualdad y pobreza en Argentina en los noventa. In: **Política y cultura (POLCUL)**, n.24, 2005, p.187-206.

FERNANDES, A. J.; PAIS, C. **A economia brasileira na década de 80: conseqüências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado**. Disponível em: <<http://www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Fernandes%20onInflama%C3%A7%C3%A3o.PDF>>. Acesso em: 25/08/2006.

FERRARI FILHO, F. O legado do Plano Real: uma estabilização sem crescimento econômico? In: **Análise Econômica**, v. 19, n. 35, Porto Alegre: 2001, p. 5-21

FISHLOW, A. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. In: **Revista de pesquisa e planejamento econômico**, IPEA, 1986.

FLIGENSPAN, F. B. Uma visão global da economia brasileira durante a vigência do Plano Real: Avanços, impasses e um cenário de crescimento com exclusão. In: **Indicadores econômicos FEE**, v.2 n°1, 1998.

FRENKEL, R. Los temas de la arquitectura financiera internacional en la Argentina. In: **Revista nueva sociedad**, n. 168, Caracas: julho/agosto 2000, p. 148-156.

FURTADO, A. C. A. R. **Estudo sobre o Desemprego**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/diretoria/conleg/estudos/709014.pdf>>. Acesso em: 21/04/2006.

GABRIELLI, M. F.; GRUBISIC, E. **La respuesta a nivel sectorial de shocks monetarios y reales: evidencia para Argentina**. Disponível em: <[http://www.cemla.org/pdf/red/RED\\_VII\\_ARGENTINA-Gabrielli-Grubisic.PDF](http://www.cemla.org/pdf/red/RED_VII_ARGENTINA-Gabrielli-Grubisic.PDF)>. Acesso em: 16/09/2006.

GALEAZZI, M. A. M. A problemática do abastecimento, da alimentação e da nutrição para os grupos de baixa renda nos grandes centros urbanos. In: **Revista cadernos de debate**, v. 1. UNICAMP, Campinas: 1993.

GAMBINA, J. C. Análisis de la coyuntura en la argentina después de la renovación presidencial. In: **Mesa nacional de la federación judicial Argentina**, 22/05/2003.

GELMAN, S. G. de. Análisis de la deuda externa argentina. In: **Indicadores Económicos**, n. 45, vol. 10. Universidad del Nordeste. Departamento de Economía, Buenos Aires: 2001, p. 3-8.

GOMES, D. C.; NEDER, H. D. **Pobreza nos anos 90: os efeitos da estabilização**. Disponível em: <[www.portal.economia.ufpr.br/desenvolvimento\\_economico/textos\\_desenvolvimento/Mesa%2022/HenriqueNeder.rtf](http://www.portal.economia.ufpr.br/desenvolvimento_economico/textos_desenvolvimento/Mesa%2022/HenriqueNeder.rtf)>. Acesso em : 05/05/2006.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO Jr., R. **Economia brasileira contemporânea** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, C. China: o triunfo do capitalismo. In: **Valor Econômico**, 7,8 e 9 de outubro de 2005.

HERMOSO, H. **La Inflación**: causas, costos, políticas de estabilización, el caso argentino. Disponível em: Econlink-  
<<http://www.econlink.com.ar/economia/inflacionhermoso/inflacionhermoso.shtml>>. Acesso em: 16/06/2006.

IPEA. **Dados das variáveis inflação e dívida externa para o Brasil (1970-2005/6)**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: outubro de 2006.

JANNUZZI, P. de M. e MATTOS, F. A. M. de. **Duas décadas de conjuntura econômica, de (des)emprego industrial e de inserção dos profissionais da informação no mercado de trabalho**. Disponível em:  
<[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/re v20020423\\_08.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/re v20020423_08.pdf)>. Acesso em: 10/03/2006.

JUSUÉ, E. F.; NAVARRO, T. M. **Incertidumbre de inflación y políticas de estabilización en Argentina**. Disponível em:  
<<http://webs.uvigo.es/viiijpe/pdf/FELLINGUER-MANCHA.pdf>>. Acesso em: 20/01/2007.

KALLEN, N. P. **Políticas económicas aplicadas em Argentina**. Disponível em:  
<[http://www.uvm.cl/sitio\\_iri/monografias2005/POLITICAS%20ECONOMICAS%20APLICADAS%20EN%20LA%20ARGENTINA%20-%20Nury%20Pardo.pdf](http://www.uvm.cl/sitio_iri/monografias2005/POLITICAS%20ECONOMICAS%20APLICADAS%20EN%20LA%20ARGENTINA%20-%20Nury%20Pardo.pdf)>. Acesso em: 25/09/2006.

KOSACOFF, B. La industria argentina. un proceso de reestructuración desarticulada. In: **Documento de Trabajo**, nº 53 de CEPAL, Buenos Aires: 1993.

KOZULJ, R. **Los desequilibrios de la economía Argentina: una visión retrospectiva y prospectiva a diez años de la Convertibilidad**. Disponível em:  
<<http://www.fundacionbariloche.org.ar/articulos/Desequilibrios.pdf>>. Acesso em: 05/02/2007.

KULFAS, M., SCHORR, M. La deuda externa argentina – Diagnóstico y lineamientos propositivos para su reestructuración. In: **Fundacion Osde – CIEPP**, 2003.

LATTUADA, M. **La política agraria radical en el marco de la transición democrática argentina.** Disponível em: <<http://eh.net/XIIICongress/cd/papers/52Lattuada240.pdf>>. Acesso em: 12/01/2007.

LEGNINI, C. P.; LLITERAS, M. H. **Regulación y liberalización financiera, su incidencia sobre el grado de profundización y fragilidad.** Disponível em: <[http://www.aiep.org.ar/espa/anales/pdf/legnini\\_lliteras.pdf](http://www.aiep.org.ar/espa/anales/pdf/legnini_lliteras.pdf)>. Acesso em: 01/02/2007.

LIMA, L. A. de O. Equilíbrio macroeconômico nos anos 80 e 90 (Brasil, Argentina, Chile e México). In: **Eaesp/Fgv/Npp - Núcleo de Pesquisas e Publicações – Relatório de Pesquisa nº 15/1997.**

MATOS, P. de O. **Análise dos Planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND.** ESALQ - USP - Trabalho de conclusão do mestrado em economia aplicada. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/publico/publico/patricia.pdf>>. Acesso em: 11/10/2006.

MERA, G. S. **Definiciones de política económica: relaciones entre el Estado y el poder económico durante el gobierno de Fernando De La Rúa.** Disponível em: <<http://www.iigg.fsoc.uba.ar/pobmigra/archivos/delarua.pdf>>. Acesso em: 20/01/2007.

MODIANO, E. A ópera dos três cruzados: 1985-1989. In: M. P. Abreu (org.), **A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana.** Rio de Janeiro: Campus, 1992, Cap. 13.

MOLLO, M. de L. R.; SAAD FILHO, A. Reconhecimento social da moeda: observações sobre a inflação e a estabilização de preços no Brasil. In: **Revista de Economia Política**, v. 21, nº2. abril-junho de 2001.

MORALES, J. A. **La política económica en la transición democrática de Argentina, Bolivia, Chile y el Perú.** Disponível em: <<http://www.iisec.ucb.edu.bo/papers/1991-2000/iisec-dt-1993-03.pdf>>. Acesso em: 11/11/2006.

MORAN, C. A. A.; WITTE, G. A conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990. In: **Teoria Evidência. Econômica.**, v. 1, n.1, , Passo Fundo: março 1993, p. 119-141.

NERI, M.; CONSIDERA, C.; PINTO, A. A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. In: **Revista Economia Aplicada**, ano 3, v. 3. julho/setembro de 1999, p.384-406.

NERI, M. O reajuste do salário mínimo de maio de 1995. In: **Boletim Conjuntural IPEA**, n. 37, abril de 1997, p. 28-33.

NOVY, A.; FERNANDES, A. C. **A real supremacia do dinheiro do Plano Real brasileiro**. Disponível em: <<http://iir-hp.wu-wien.ac.at/sre-disc/sre-disc59.pdf>>. Acesso em: 25/01/2006.

OLIVEIRA, M. M. Avaliação do Plano Austral – aspectos destacados da agricultura argentina. In: **Revista de Administração de Empresas**, out/dez 1986, p. 53-63

PALERMO, V. Populismo temperado: uma interpretação política do plano de convertibilidade argentino de 1991. In: **Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 09/03/2006.

PEROTTI, E. Crisis económica de Argentina: causas y cura. In: **Joint Economic Committee United State Congress**. Junho de 2003.

PIERBATTISTI, D. La privatización de ENTel y la transformación de las identidades en el trabajo: génesis del dispositivo neoliberal en Argentina. 1990-200. In: **Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires**. Documentos de jóvenes investigadores, nº 10. Buenos Aires: 2006.

POCHMANN, M. **A epidemia do desemprego no Brasil: atualidade e perspectiva**. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/congresso/txts1.htm>>. Acesso em: 15/10/2006.

QUESADA, E. M. **Cajas de conversión: características, principios operativos e implicaciones de política**. Disponível em: <<http://www.bccr.fi.cr/ndie/Documentos/EC-22-1997.PDF>>. Acesso em: 20/12/2007.

RABAZZI, G. Mercados de trabajo y políticas de empleo en la Argentina. In: **Maestría en Administración de Empresas**, v.3, n.23, Santa Fé: 2006.

RAIMUNDI, C. **Desocupación: medidas sectoriales o política articulada**. Disponível em: <<http://cdi.mecon.gov.ar/biblio/docelec/MU1187.pdf>>. Acesso em: 14/01/2007.

RAMOS, F. A. C. **Análise comparativa dos planos cruzado e real.** - Trabalho de conclusão do Mestrado em Economia Empresarial e Finanças. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

RAMOS, L. Pobreza no Brasil, na década de 80: evolução e determinantes. In: **Indicadores Econômicos FEE**, v. 21, nº4. Porto Alegre: 1994 , p.155-171

RAMOS, L. S. **Crescimento econômico e distribuição de renda no Brasil de 1995 a 2002.** Disponível em: <[http://www.anhanguera.edu.br/publicacoes/caderno\\_economia/Artigo2\\_Luciene.pdf](http://www.anhanguera.edu.br/publicacoes/caderno_economia/Artigo2_Luciene.pdf)>. Acesso em: 27/08/2006.

REIS, J. M. L. dos. O consumo domiciliar de alimentos nos planos cruzado e real. In: **Revista de Economia Agrícola – Ministério da Agricultura.** Ano IX, abril/maio/junho de 2000, p. 6-25

REYES, G. **Efecto Tequila: ajuste ante sistemas cambiarios alternativos.** Disponível em: <[http://www.aaep.org.ar/espa/anales/pdf\\_98/reyes.pdf](http://www.aaep.org.ar/espa/anales/pdf_98/reyes.pdf)>. Acesso em: 08/07/2006.

RINALDI, J. M. Los economistas que inventaron el diablo In: **Periódico de la Universidad Nacional de Córdoba**, n. 17, abril de 2006.

RIVERA, F. C. **Políticas sociales y gobernabilidad en Argentina y Chile.** Disponível em: <<http://www.rlcu.org.ar/destacados/clea/ponencias/I%20Encuentro%20RLCU-Rivera.pdf>>. Acesso em: 15/01/2007.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil - fatos básicos e implicações para a política social. In: **Economia e Sociedade**, v. 6, 1996, p. 141-153.

\_\_\_\_\_. Desigualdade regional e pobreza no brasil: a evolução – 1981/95. In: **IPEA**, Texto para Discussão nº 567. Rio de Janeiro: junho de 1998.

SALUDJIAN, A. MERCOSUL geografia econômica: vantagens e limites fundados no processo de integração. In: **Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE)**, n.75, abril/junho de 2003.

SECRETARIA GERAL DA ALADI. **Dados da variável dívida externa para a Argentina (1990-2005).** Disponível em: <<http://www.aladi.org/nsfaladi/sitio.nsf/inicio2004P?OpenFrameSet&Frame=basefrm&Src>>



=%2Fnsfaladi%2Fsitio.nsf%2Fvsitioweb2004p%2Fcomerciop%3FOpenDocument%26A  
utoFramed>. Acesso em: agosto de 2006.

SILBER, S. D. **Mudanças estruturais na economia brasileira (1988-2002): abertura, estabilização e crescimento**. Disponível em:

<<http://www.usp.br/prolam/eventos/regulacao%20social/artigos/Simao.pdf>>. Acesso em: 30/01/2006.

SILVA, A. B. de O.; LEAL FILHO, R. S.; SOUZA, N. R. M. de. **Mão-de-obra cresce mais que os postos de trabalho**. Disponível em:

<<http://www.almg.gov.br/revistalegis/Revista23/antonio23.pdf>>. Acesso em: 15/03/2006.

SILVA, I. R. da. **Em busca dos determinantes do declínio da economia Argentina no período 1975-2001**. Universidade Federal do Paraná – Trabalho de conclusão do curso de mestrado em desenvolvimento econômico, 2004. Disponível em:

<<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/2606/1/Isnardo+R.+da+Silva+-+Em+Busca+dos+Determinantes+do+Decl%3Fnio.pdf>>. Acesso em: 07/08/2006.

SOARES, L. T. R. Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil. In: **El ajuste estructural en américa latina costos sociales y alternativas**. 1a. ed. Buenos Aires, CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2001, v.01, p. 171-186. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/sader/cap08.pdf>>. Acesso em: 25/06/2006.

SOUZA, J. de. Críticas à construção de um estado neoliberal no Brasil (1987-2002: 15 Anos de Profundas Mudanças). **VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Panamá: 28-31 Oct. 2003.

Disponível em:  
<<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047110.pdf>>. Acesso em: 21/08/2006.

TANSINI, R.; ZEJÁN, M. **El impacto de la crisis asiática en el cono sur latinoamericano**. Disponível em: <<http://decon.edu.uy/publica/1999/Doc0799.pdf>>. Acesso em: 10/01/2007.

ZEBALLOS, J. L. **Argentina: efectos sociosanitarios de la crisis, 2001-2003**. Buenos Aires: Organización Panamericana de la Salud, 2003.

**ANEXO**

## ANEXO A – Inflação da Argentina de 1970-2006

<b>Período</b>	<b>Índice (% a.a.)</b>
1970	13,6
1971	34,7
1972	58,5
1973	60,3
1974	24,2
1975	182,8
1976	444,0
1977	176,0
1978	175,5
1979	159,5
1980	100,8
1981	104,5
1982	164,8
1983	343,8
1984	626,7
1985	672,2
1986	90,1
1987	131,3
1988	343,0
1989	3079,5
1990	2314,0
1991	171,7
1992	24,9
1993	10,6
1994	4,2
1995	3,4
1996	0,2
1997	0,5
1998	0,9
1999	-1,2
2000	-0,9
2001	-1,1
2002	25,9
2003	13,4
2004	4,4
2005	9,6
2006	10,9

Fonte: INDEC

## ANEXO B – Dívida externa da Argentina de 1970-2005

<b>Período</b>	<b>Dívida Externa (milhões dólares)</b>
1970	4.765
1971	4.800
1972	4.800
1973	4.890
1974	5.000
1975	7.800
1976	9.700
1977	11.700
1978	13.600
1979	19.000
1980	27.200
1981	35.700
1982	43.600
1983	45.100
1984	46.200
1985	49.300
1986	52.500
1987	58.500
1988	58.700
1989	65.300
1990	62.200
1991	61.334
1992	62.586
1993	72.209
1994	85.656
1995	98.547
1996	109.756
1997	124.832
1998	140.884
1999	146.219
2000	155.015
2001	166.272
2002	156.748
2003	164.918
2004	171.115
2005	113.518

Fonte: 1970-1999 – Revista "LA NACION" (6-5-01), pág. 22 a 24  
2000-2005 – Secretária Geral da ALADI

## ANEXO C – Taxa de desemprego da Argentina de 1980-2006

<b>Ano</b>	<b>Índice (% a.a.)</b>	
1980	2,6	
1981	4,6	
1982	5,3	
1983	4,6	
1984	4,6	
1985	6,1	
1986	5,6	
1987	5,9	
1988	6,3	
1989	7,7	
1990	7,4	
1991	6,5	
1992	7	
1993	9,6	
1994	11,5	
1995	17,5	
1996	17,2	
1997	14,9	
1998	12,9	
1999	14,3	
2000	15,1	
2001	17,4	
2002	19,7	
2003	17,3	/b
2004	13,6	/b
2005	11,6	/b
2006	10,4	/b,c,d

Fonte: CEPALSTAT

**a/** Áreas urbanas

**b/** Nova medição a partir de 2003; dados não comparáveis com série anterior.

**c/** Cifras preliminares.

**d/** Estimação baseada na média de janeiro a setembro.

## ANEXO D – Inflação do Brasil de 1970-2005

<b>Período</b>	<b>IGP-DI -(% a.a.)</b>
1970	19,3
1971	19,5
1972	15,7
1973	15,5
1974	34,6
1975	29,3
1976	46,3
1977	38,8
1978	40,8
1979	77,2
1980	110,2
1981	95,2
1982	99,7
1983	211,0
1984	223,8
1985	235,1
1986	65,0
1987	416,0
1988	1037,5
1989	1782,9
1990	1476,7
1991	480,2
1992	1157,8
1993	2708,2
1994	1093,9
1995	14,8
1996	9,3
1997	7,5
1998	1,7
1999	20,0
2000	9,8
2001	10,4
2002	26,4
2003	7,7
2004	12,1
2005	1,2

Fonte: Ipeadata

## ANEXO E – Dívida externa do Brasil de 1970-2005

<b>Período</b>	<b>Dívida Externa (milhões dólares)</b>
1970	6240
1971	8284
1972	11464
1973	14857
1974	20032
1975	25115
1976	32145
1977	37951
1978	52187
1979	55803
1980	64259
1981	73963
1982	85487
1983	93745
1984	102127
1985	105171
1986	111203
1987	121188
1988	113511
1989	115506,1
1990	123438,5
1991	123910,4
1992	135948,8
1993	145725,9
1994	148295,2
1995	159256,2
1996	179934,5
1997	199997,5
1998	241644,07
1999	241468,1606
2000	236156,346
2001	226067,2532
2002	227689,388
2003	235414,1278
2004	220182,3148
2005	187397,4701

Fonte: Ipeadata

## ANEXO F – Grau de pobreza do Brasil de 1970-2005

<b>Período</b>	<b>Grau de Pobreza</b>
1984	50,45
1985	43,59
1986	28,24
1987	40,86
1988	45,34
1989	42,95
1990	43,82
1991	42,31
1992	40,79
1993	41,71
1994	37,81
1995	33,91
1996	33,53
1997	33,86
1998	32,80
1999	34,09
2000	33,85
2001	33,60
2002	33,60

Fonte: Ipeadata